

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MANOEL JOSÉ KLAUS

**EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS DE EMPRESAS LISTADAS NA
BM&FBOVESPA E RECEPÇÃO AO CPC Nº 04 (R1)**

SÃO LEOPOLDO-RS

2021

MANOEL JOSÉ KLAUS

**EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS DE EMPRESAS LISTADAS NA
BM&FBOVESPA E RECEPÇÃO AO CPC Nº 04 (R1)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Contábeis, pelo Curso de
Ciências Contábeis da Universidade do
Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Fernando Atz.

SÃO LEOPOLDO-RS

2021

Foi pensando nas pessoas que executei este projeto, por isso dedico este trabalho a todos aqueles a quem está pesquisa possa ajudar de alguma forma.

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo verificar se as empresas brasileiras de capital aberto, listado no segmento Novo Mercado na BM&FBOVESPA estão mensurando seus Ativos Intangíveis, de forma atender ao CPC 04 (R1). Para a coleta dos dados foram formulados quesitos (*checklist*) a partir das diretrizes do CPC 04, em que foram atribuídas variáveis dicotômicas que assumiram o valor de “0” ou “1”. Foi feita a coleta dos dados referentes às variáveis de características que são: tamanho da empresa, setor de atuação, representatividade de ativos intangíveis frente o ativo total e tempo de existência da entidade. O estudo no que se refere as finalidades e objetivos estão classificado como uma pesquisa descritiva, no que tange aos procedimentos classifica-se como documental e a abordagem do problema como análise quantitativa. Os resultados apontam um índice médio de conformidade entre todas as empresas de 91%, sendo que o menor índice alcançado entre as empresas pesquisadas na amostra foi 75%. Com base nas demonstrações contábeis do exercício social de 2020, foram analisadas 36 empresas, 13 delas apresentaram todas as informações em conformidade com o CPC 04, as demais 23 empresas ficaram com um percentual de evidenciação acima de 75%, revelando que as empresas de modo geral se adequaram as normas exigidas pelos órgãos reguladores. No intuito de identificar o nível de evidenciação, buscou-se verificar o quanto os determinantes de evidenciação contábil: setor de atuação, tamanho da empresa, tempo de existência, representatividade do ativo intangível frente o ativo total, influenciavam na evidenciação dos ativos intangíveis das empresas. Os resultados revelaram que tais características das empresas já não tem mais afetado a divulgação das informações dos ativos intangíveis, pois independente das suas características elas têm sido similares nas divulgações das informações.

Palavras-chave: Evidenciação; Ativos Intangíveis; CPC 04.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Esquematização da Ciência Contábil.....	17
Figura 2 – Ativos visíveis e Ativos Intangíveis.....	24
Figura 3 - Teste de Mann-Whitney	45
Figura 4 - Teste de Mann-Whitney - VU.....	48
Figura 5 - Teste de Mann-Whitney - CVC	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evidenciação por setor de atuação - Grupo I	44
Gráfico 2- Evidenciação por setor de atuação – Grupo II.....	46
Gráfico 3 - Evidenciação por setor de atuação – Grupo III.....	49

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese Conceitual dos AI, antes e depois da Lei 11.638/2007	26
Quadro 2 - Definições de Ativos Intangíveis	26
Quadro 3 - População da Pesquisa.....	33
Quadro 4 - Amostra da Pesquisa	34
Quadro 5 - Checklist adaptado de Moura et al. (2011).....	35
Quadro 6 - Palavras-Chaves do Checklist	36
Quadro 7- Empresas que não evidenciaram Bloco I.....	44
Quadro 8 - Empresas que não evidenciaram – Bloco II	47
Quadro 9 - Empresas que não evidenciaram - Bloco II.....	48
Quadro 10 - Empresas que não evidenciaram Bloco II	48
Quadro 11 - Empresas que não evidenciaram – Bloco III	50
Quadro 12 - Empresas que não evidenciaram Bloco III	51
Quadro 13 - Variável Dummy	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Estatísticas descritivas	40
Tabela 2 - Percentual de Evidenciação I.....	40
Tabela 3 - Percentual de Evidenciação II.....	41
Tabela 4 - Percentual de evidenciação por setor	42
Tabela 5 - Percentual de Evidenciação Bloco I – Valor do Intangível/Amortização ..	43
Tabela 6 - Teste de frequência - Item 6 - Eventual amortização acumulada no início do período	44
Tabela 7 - Percentual de Evidenciação - Bloco II - Vida Útil	46
Tabela 8 – Item 09 - Teste de frequência - Classificação da vida útil do intangível como definida ou indefinida.....	47
Tabela 9 - Teste de frequência – Item 10 - Motivos que fundamentam a avaliação e os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil definida ou indefinida	47
Tabela 10 - Teste de frequência - Item 11 - Prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas.....	48
Tabela 11 - Percentual de Evidenciação - Bloco III.....	49
Tabela 12 - Teste de frequência - Item 13- Rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi incluída	50
Tabela 13 - Teste de frequência - Item 14- Informações sobre adições, baixas e transferências.....	50
Tabela 14 - Teste de frequência - Item 15 - Informações sobre ativos classificados como mantidos para venda ou outras baixas	50
Tabela 15 - Teste de frequência - Item 16- Informações sobre realizações de testes de impairment e constituição da provisão de perda, quando aplicável	51
Tabela 16 - Regressão Linear Múltipla.....	52

Sumário	
1. INTRODUÇÃO.....	10
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E O PROBLEMA.....	10
1.2 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA.....	11
1.3 OBJETIVOS	12
1.3.1 Objetivo Geral	12
1.3.2 Objetivos Específico	12
1.4 JUSTIFICATIVA	13
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 A CONTABILIDADE E INFORMAÇÃO CONTÁBIL.....	15
2.2 CONCEITO DE ATIVO.....	18
2.3 OS ATIVOS INTANGÍVEIS	20
2.4 O ATIVO E SUA MENSURAÇÃO	27
3. METODOLOGIA DE PESQUISA.....	31
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	31
3.2 LEVANTAMENTO DE DADOS	32
3.3 COLETA DOS DADOS	32
3.4 PROCEDIMENTO PARA A COLETA DE DADOS.....	35
3.5 PROCEDIMENTOS PARA A ANÁLISE DOS DADOS.....	37
3.6 LIMITAÇÕES DO MÉTODO	39
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	40
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA.....	40
4.2 ANÁLISE EM RELAÇÃO AO VALOR DO INTANGÍVEL/AMORTIZAÇÃO...42	
4.3 ANÁLISE EM RELAÇÃO À VIDA ÚTIL	45
4.4 ANÁLISE EM RELAÇÃO À CONCILIAÇÃO DO VALOR CONTÁBIL	49
4.5 ANÁLISE DO ÍNDICE DE EVIDENCIAÇÃO.....	52
4.6 RESULTADOS OBTIDOS.....	55
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS.....	60

1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo são apresentados os seguintes tópicos: a) contextualização do tema e o problema; b) objetivos; c) relevância ou justificativa do estudo; d) delimitação da pesquisa; e) estrutura do trabalho.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E O PROBLEMA

As modificações sucedidas nas últimas décadas conduziram diversas mudanças à sociedade, oriundas essencialmente do desenvolvimento da tecnologia da informação e da fonte de riqueza que favorecido pela inteligência humana e pelos recursos intelectuais que fundamentaram um novo cenário onde estão impostos modificações nas organizações atuais, visando que o seu capital não flua na direção de seus concorrentes. (DOMENEGHETTI, 2009).

O Pronunciamento Técnico - CPC 04 (R1) (2010) veio para normatizar os procedimentos no que se refere aos ativos intangíveis, pois conceitua e torna obrigatórias as práticas de reconhecimento, mensuração e divulgação deste grupo de ativos, visando aproximar-se dos padrões internacionais, desde então as empresas têm procurado se adequar as estas novas normas dispostas no CPC 04. (ORO, KLAN, 2015).

Nesse âmbito, a contabilidade é um mecanismo fundamental para qualquer entidade; independentemente de seu porte, seguimento e da sua forma de tributação, se pode compreender de forma epiloga que possui a responsabilidade de fornecer informações econômicas para diversos grupos de pessoas, como investidores, fornecedores, bancos, governo, sindicatos e funcionários. (SCHIMDT 2009).

A definição de ativo intangível é controvertida tanto quanto sua mensuração e evidenciação. Segundo Ludícibus (2010, p.203): “ativos de capital que não têm existência física, cujo valor é limitado pelos direitos e benefícios que, antecipadamente, sua posse confere ao proprietário”. Por outro lado, Santos conceitua (2002, p.12): “ativos intangíveis são recursos incorpóreos controlados pela empresa capazes de produzir benefícios futuros.”

Destas definições surgem alguns questionamentos e pode-se afirmar que ativos intangíveis são bens controlados pela empresa e que sua mensuração e identificação são passíveis de metodologias. Até mesmo a partir da definição do termo

ativo intangível já se encontra elementos que evidenciam a interface entre sua contabilização e o real valor da empresa. (LIMA et al.,2015).

Na mesma linha de pesquisa Lopes et al. (2014) verificaram o nível de aderência ao CPC 04 (R1) (2010) do setor de bens industriais da BM&FBOVESPA e constataram o real crescimento do reconhecimento dos intangíveis, evidenciando o amadurecimento no cumprimento dessas novas normas. Assim, nessa pesquisa, o foco foi como as empresas listadas na BM&FBOVESPA evidenciaram os ativos intangíveis em suas demonstrações contábeis no ano de 2020.

Assim, este estudo, e partindo com enfoque que uma correta evidenciação do Ativo Intangível, contribuirá na correta valorização da empresa, tem-se o seguinte questionamento: As empresas brasileiras de capital aberto, listadas no segmento Novo Mercado na BM&FBOVESPA estão evidenciando seus Ativos Intangíveis, de forma atender ao CPC 04(R1)?

1.2 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

O tema relacionado com o Ativo Intangível nas organizações pode ser abordado de diversas formas, todavia, nesse estudo ele será abordado do ponto de vista de sua mensuração e identificação. Essa pesquisa possui algumas delimitações que precisam ser destacadas, pois podem afetar sua compreensão e a análise dos resultados obtidos.

Este estudo apresenta as seguintes delimitações:

- A pesquisa é compreendida por um grupo de empresas listadas na BM&FBOVESPA, do segmento Novo Mercado, com maior nível de governança corporativa, visto que é o critério para a permanência dessas empresas nesse segmento;
- O período de análise é o exercício social de 2020;

Apesar da destacada importância dos ativos intangíveis e seus possíveis reflexos nas demonstrações financeiras, este trabalho não pretendeu analisar ou criticar a regulamentação contábil em vigor ou mesmo investigar quais poderiam ser os tratamentos contábeis mais adequados para seu registro na contabilidade e seus reflexos nas demonstrações contábeis.

Assim, o estudo se deteve em identificar tamanho da empresa, tempo de existência, representatividade do ativo intangível frente o ativo total, influenciaram na

extensão da evidenciação voluntária de recursos intangíveis em empresas listadas no Novo Mercado, segmento da Bolsa de Valores, BM&FBOVESPA.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Este estudo tem por objetivo geral verificar se as empresas brasileiras de capital aberto, listado no segmento Novo Mercado na BM&FBOVESPA estão mensurando seus Ativos Intangíveis, de forma atender ao CPC 04 (R1).

1.3.2 Objetivos Específico

Os objetivos específicos foram definidos para contribuir para o resultado do objetivo geral.

- Verificar como as empresas, listadas no segmento Novo Mercado na BM&FBOVESPA, estão evidenciando os ativos intangíveis em relação ao valor do intangível e amortização;
- Verificar como as empresas, listadas no segmento Novo Mercado na BM&FBOVESPA, estão evidenciando os ativos intangíveis em relação à vida útil;
- Verificar como as informações, no que tange a conciliação do valor contábil, estão sendo evidenciadas nas empresas, listadas no segmento Novo Mercado na BM&FBOVESPA;
- Identificar o quanto os determinantes de evidenciação contábil: setor de atuação, tamanho da empresa, tempo de existência, representatividade do ativo intangível frente o ativo total, influenciam na evidenciação dos ativos intangíveis das empresas, listadas no segmento Novo Mercado na BM&FBOVESPA.

1.4 JUSTIFICATIVA

Este trabalho se justifica devido ao grande número de pesquisadores e autores que refletem sobre a necessidade de a teoria contábil buscar conhecer mais detalhadamente as peculiaridades dos ativos intangíveis, tais como fatores geradores, Capital Intelectual, inclusive do *goodwill*, natureza, vida útil e formas de evidenciação.

Pois o valor das empresas já não está nos ativos corriqueiros, tais como estoques, no seu patrimônio físico, mas sim nos serviços, nas ideias, no seu marketing ou no seu diferencial. Para ilustrar apresentam-se alguns autores que discorrem claramente sobre esta inquietação, Pinheiro e Lamounier *et.al* (2012), Moura, Dallabona, Fank, Varella *et.al* (2011) que tem contribuído em suas pesquisas para que as apresentações das demonstrações contábeis atendam as normativas expressas na Lei 11.638/07 e no CPC 04 (R1).

Levando-se em conta que o registro dos ativos intangíveis no Balanço Patrimonial das empresas tornou-se obrigatório mediante a Lei nº 11.638/07, logo após foi reforçada sua evidenciação através do CPC 04 (R1), que veio estabelecer os critérios de contabilização, reconhecimento, mensuração e divulgação.

Este estudo toma como base o estudo realizado por Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012), que realizaram uma pesquisa com o objetivo de verificar a relação entre o índice de evidenciação de informações compulsórias sobre ativos intangíveis de empresas listadas no IBOVESPA, com o tamanho, setor de atuação e a quantidade de anos de constituição das empresas.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho é composto por cinco capítulos. O primeiro capítulo, Introdução, compreende a contextualização do tema, problema de pesquisa, objetivo geral, objetivos específicos, justificativa e delimitação de trabalho.

O segundo capítulo trata sobre o Referencial Teórico, aprofundando o assunto a respeito da característica da informação contábil, da qualidade da informação contábil, evidenciação dos ativos intangíveis, ativos intangíveis, ativos intangíveis segundo a Lei 11.638/07, ativos intangíveis segundo o CPC 04, fazendo também um relato sobre estudos ligados ao tema aqui pesquisado.

No terceiro capítulo evidencia-se a Metodologia de Pesquisa, que busca retratar o enquadramento metodológico, os procedimentos para revisão da literatura e os procedimentos para a coleta e análise de dados.

No quarto capítulo está a Análise dos Resultados, com a apresentação e discussão dos resultados da pesquisa realizada, com uma análise descritiva quanto à evidenciação e o índice de evidenciação. Enquanto o quinto capítulo fica reservado para as Considerações Finais, sendo que após este ficam relacionadas as referências utilizadas nesta pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse capítulo são tratados os tópicos que serviram de base para o desenvolvimento da pesquisa, a saber: Ativo Intangível, característica da informação contábil, qualidade da informação contábil, evidenciação dos ativos intangíveis e ativos intangíveis em conformidade com a Lei 11.638/07 e o CPC 04(R2).

2.1 A CONTABILIDADE E INFORMAÇÃO CONTÁBIL

A contabilidade é um instrumento caracterizado como de extrema importância. As características qualitativas da informação contábil estão divididas em características qualitativas fundamentais e características qualitativas de Melhoria, sendo que as características qualitativas fundamentais se subdividem em: relevância, materialidade, representação fidedigna, enquanto as características qualitativas de melhoria estão subdivididas em: Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade, compreensibilidade. (CPC 00 (R2), 2019).

As características qualitativas da informação contábil estão divididas em Características Qualitativas Fundamentais e Características Qualitativas de Melhoria, sendo que as características qualitativas fundamentais se subdividem em: Relevância, Materialidade, Representação fidedigna, enquanto as características qualitativas de melhoria estão subdivididas em: Comparabilidade, Verificabilidade, Tempestividade, Compreensibilidade (CPC 00 (R2), 2019).

Dessa forma, para que a informação contábil tenha características qualitativas fundamentais e seja de fato útil, de acordo com o CPC 00 (R2) (2019) ela precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar.

Assim para que a informação contábil tenha relevância, é necessário que ela seja capaz de fazer diferença na tomada de decisão por parte dos usuários, a materialidade da informação se dá quando da sua omissão ou divulgação distorcida, influenciar decisões que os usuários tomam com base na informação contábil acerca da organização que reporta a informação (CPC 00 (R2), 2019).

Uma vez que os relatórios contábeis representam eventos econômicos em palavras e números, percebe-se que para que a informação contábil seja efetivamente útil, deve também representar com fidedignidade aquilo que se propõe representar, para tanto o CPC 00 (R2), (2019) aponta que, ela tem que ser completa, neutra e livre de erro.

Logo, para ser completa a informação contábil deve exprimir toda a informação necessária para que os usuários compreendam o que se deseja retratar. A neutralidade da informação é expressa quando não há distorções que permitam qualquer tipo de manipulação, que aumente a perspectiva por parte dos seus usuários de um entendimento favorável ou desfavorável. Para ser livre de erros, a informação contábil deverá mitigar e reduzir ao máximo os erros ou omissões retratadas. (CPC 00 (R2), 2019).

Ela é a prática que possui como objetivo assegurar o patrimônio de uma empresa, por meio de relatórios e demonstrações financeiras, análises de balanço e das variações patrimoniais da organização. A contabilidade permite orientar a administração das empresas nos seus processos, fazendo o controle patrimonial de toda e qualquer organização socioeconômica que é composto por seus bens e direitos. (3º CONGRESSO UFSC, 2013).

A contabilidade se fundamenta em um sistema de informações insubstituível, se assim designada a alertar em período oportuno, para a necessidade de correção de uma diretriz pré-estabelecida ou redimensionar os recursos que afetam aos projetos. (VIEGAS 2006).

Com a evolução da humanidade, a contabilidade foi adquirindo novas estratégias para melhorar as formas de controlar o patrimônio por meio de um sistema de informações que permitem a tomada de iniciativas mais racionais, com o objetivo de garantir o desenvolvimento e o sucesso das organizações. (SILVA, 2008).

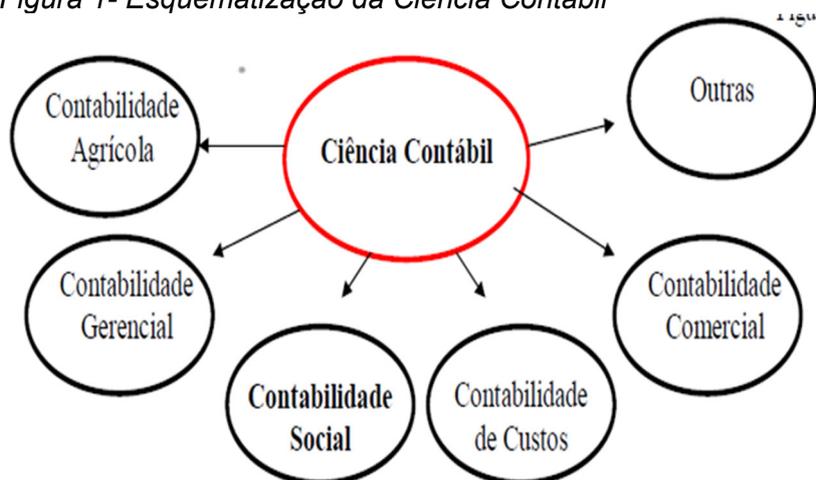
Em território nacional, as demonstrações contábeis são fundamentadas pela Lei nº 6.404/1976, as sociedades são obrigadas a elaborar e publicar as demonstrações de balanço patrimonial, das mutações patrimoniais, do resultado do exercício, e das origens e aplicação de recursos. Que além destas possuem o dever de esclarecer a situação patrimonial e o resultado do exercício. (BESSA 2010).

A contabilidade é compreendida como a ciência que estuda e controla o patrimônio das entidades organizacionais, como fonte oriunda de dados e informações úteis que auxiliam a gestão organizacional em seus processos de tomada de decisão. Sobressai-se as formalidades de escrituração, as demonstrações contábeis, a auditoria e a análise de balanços, que prestam ao registro dos fatos praticados pela organização e a sistematização dos fatos com configuração e demonstrações

contábeis que deliberam seu estado patrimonial, financeiro e de resultados. (MULLER, 2013).

A Figura 1 aponta que a ciência contábil distinguiu especializações, sendo que cada uma delas estuda o patrimônio sob a ótica pessoal, conforme especifica sua identificação. Segundo Kroetz (1999), a determinante disso são as inúmeras atividades desenvolvidas pelas organizações, as políticas adotadas, os interesses dos usuários, as normas governamentais, dentre outras.

Figura 1- Esquematização da Ciência Contábil



FONTE: (KROETZ 1999)

No cuidado em manter a contabilidade atualizada e atenta aos interesses dos seus usuários, volta-se para uma recente especialidade, a contabilidade social, que pode ser vista como uma parte essencial da ciência contábil que busca analisar as influências das variações patrimoniais não apenas nas entidades, mais também na sociedade e no meio ambiente. (MULLER, 2013).

Normalmente os usuários das informações contábeis são: internos, como o gerente e o diretor, que a utilizam para ajudar numa tomada de decisão; externos, fazem uso para seu processo decisório. As organizações realizam várias atividades no seu dia a dia, com a finalidade de contabilidade são fragmentadas em três grupos: Financiamento; investimento; e operações (SILVA, 2008).

O objetivo primordial da contabilidade é estudar as transmutações da riqueza patrimonial, analisando o comportamento desta, mas também observando como sucede os demais fenômenos que favorecem as aludidas transformações, pois somente por meio desta é possível propiciar resultados substanciais, através de múltiplas possibilidades de intervenção, essencialmente no cenário da decisão

gerencial, proporcionando as entidades alavancar seus projetos institucionais, por meio do bom conhecimento de sua estrutura patrimonial. (SILVA 2008).

A contabilidade possui caráter essencial prático, ao passar do tempo critérios foram desenvolvidos e várias opções foram efetuadas, numa tentativa de normalizar e de alcançar uma melhor forma de controlar o patrimônio de uma entidade. Os princípios fundamentais da contabilidade são os fundamentos básicos que constituem o núcleo essencial que deve ser o princípio da profissão na consecução dos objetivos da contabilidade, que consistem em apresentar informação estruturada aos usuários. (PAIVA, 2006).

A contabilidade com este escopo possui um campo atuante muito amplo, atuando em entidades com finalidades lucrativas ou não, que tenham necessidade de aplicar suas atividades econômicas para cumprir seu objetivo social, esta atuação possibilita responder as necessidades informacionais dos sócios ou acionistas da empresa. (MULLER, 2013).

Mediante várias conceituações é possível obter que, a contabilidade é o campo que estuda e controla o patrimônio das entidades, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos destes, relacionados à eficácia das células sociais. Assim conclui que a contabilidade é uma ciência com objetivo de estudar, controlar e desvendar o real estado do patrimônio das entidades. (SILVA, 2008).

A comparabilidade da informação justifica-se nas decisões que os usuários precisam fazer quando da tomada de decisão entre alternativas pré-existentes, portanto, essa informação será mais útil caso possa ser comparada com outras informações similares da mesma entidade para outro período, ou com informações similares de outras empresas (CPC 00 (R2), 2019).

E, a tempestividade, segundo o CPC 00 (R2) (2019), significa ter informação disponível a tempo de poder influenciar quem precisa dela para tomar uma decisão (CPC 00 (R2), 2019).

2.2 CONCEITO DE ATIVO

De acordo com a contabilidade básica são considerados ativos os bens e os direitos de uma entidade, expressos em moeda e à disposição da administração; por uma visão econômica e financeira, os ativos são recursos controlados pela empresa e capazes de gerar benefícios futuros. Sendo assim, pode se considerar

ativo todo e qualquer elemento com ou sem natureza física, que seja controlado pela empresa e que a ela proporcione a possibilidade de obtenção de fluxos de caixa. (SCHIMIDT, 2006)

O conceito de ativo pode ser definido como o núcleo fundamental da Teoria Contábil que ainda se encontra em plena discussão, esta faz referência ao conceito e a mensuração, aspectos importantes, mas nem sempre devidamente compreendida, é conceituado com um conjunto de bens e direitos de uma organização ou como as aplicações de recursos. (LIMA FILHO, 2010).

O ativo é integrado como um dos elementos diretamente relacionados com a mensuração da posição patrimonial e financeira, sendo recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se almeja alcançar benefícios econômicos futuros para a entidade. (CPC04(R1),2010).

Para a definição de ativos são necessários associá-los as coisas e eventos econômicos reais, tendo em vista a formulação e relatórios contábeis que devem incluir informações úteis a tomada de decisão em relação a investimentos, créditos e similares. (FERNANDES, 2013).

Os ativos em contabilidade são representados pelos bens ou direitos que uma organização possui em um determinado período, resultado de suas movimentações a partir da que vão ser obtidos futuramente resultados financeiros, pode ser apresentado tanto em escopo tangível quanto intangível. Sua contabilização no Balanço Patrimonial é realizada por meio dos grupos de ativo circulante e ativos não circulantes mensurados conforme a liquidez, assim fragmenta os ativos como recursos controlados por entidade capaz de gerar, mediata ou imediatamente, fluxo de caixa. (VII Simpósio,2013).

As definições de ativo identificam suas peculiaridades essenciais, mas não procuram especificar os critérios que necessitam ser observados para que eles possam ser reconhecidos no balanço patrimonial. A avaliação tem de ser atenta para a sua essência subjacente e realidade econômica e não apenas para sua maneira formal. (CPC04(R1),2010).

O benefício econômico futuro inserido a um ativo é o seu potencial em contribuir direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa ou equivalente de caixa para a entidade, pode ser também produtivo, quando o recurso for parte integrante das atividades operacionais da entidade ou em forma de conversibilidade em caixa ou

equivalentes de caixa ou ainda ser capaz de reduzir as saídas de caixa, como no caso de processo industrial alternativa que reduza os custos de produção. (CPC04(R1),2010).

2.3 OS ATIVOS INTANGÍVEIS

A NBC TG N° 04 (R1) (2010), define ativo como um recurso a) controlado pela entidade como resultado de eventos passados; e b) do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros para a entidade.

Para o CPC 04 (R1) (2010), ativo intangível é um ativo não monetário, possível de se identificar sem substância física e precisa atender a dois critérios de identificação: a) ser separável, ou seja, pode ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independe da intenção de uso pela entidade; ou b) resultar de direitos contratuais ou direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Nesta definição pode-se entender as características de benefícios futuros através do potencial de serviços geradores de fluxos de entradas de caixa. (CPC 04 (R1)2010).

Para definir e identificar os ativos intangíveis, essa separação entre o resultado e o agente é de grande importância, pois desmistifica o conceito contábil tradicional e conservador de ativo, ampliando o entendimento. Pode-se concluir que um ativo é todo recurso que esteja sob o controle de uma organização e que possa ser utilizado para produzir produtos ou serviços aos seus clientes, com o objetivo de gerar benefícios econômicos futuros e cujo custo é representado pela capitalização de todos os gastos incorridos para sua aquisição ou desenvolvimento. (PEREZ,2006).

Os ativos intangíveis surgem quando ocorre diferimento do desembolso com serviços e o reconhecimento como despesa desse desembolso é violado até o período da realização da receita em que está vinculado. Os ativos intangíveis se originaram em resposta a um crescente reconhecimento de que fatores extracontábeis podem ter essenciais influências no valor real de uma empresa. Assim, o patrimônio contábil reflete a soma dos custos dos investimentos realizados e uma parcela sinérgica entre eles. (SCHERER,2004).

Os ativos intangíveis são normalmente provenientes de descobertas, práticas organizacionais e recursos humanos, que são os três maiores produtores, pois, embora que, os recursos humanos sejam físicos tangíveis, trata-se de um mecanismo que origina uma porção de futuros benefícios intangíveis. Em uma relação detalhada de fontes intangíveis pode se integrar propriedade intelectual, contratos, segredos de comercialização, recursos subjetivos, rede, cultura organizacional, reputação e produto de uma companhia. (SANTOS, 2006).

Além da diferenciação de estrutura física outra característica que diferencia os ativos tangíveis dos intangíveis compreendem a exclusividade, a velocidade de sua depreciação, os custos de transferência, a facilidade de reconhecimento de oportunidades de transação, a divulgação de suas propriedades, a variedade e a extensão e a coerção dos direitos de propriedade. (SOUZA, 2009).

Os bens intangíveis são caracterizados da mesma maneira de um bem, exceto pela existência física, os intangíveis são geralmente produzidos por pessoas ou organizações fundamentadas em atividades criativas ou inovativas de fonte literária, científica, artística ou de engenharia, assim um bem original produzido é um típico bem material, sobre quais os direitos proprietários possuem a obrigação de serem fundamentados, fornecendo valor econômico aos seus proprietários, assim somente é intangível pois não possui estrutura física. (SANTOS, 2006).

De modo simplificado pode-se definir ativos intangíveis como bens incorpóreos, que formam uma das áreas mais complexas da contabilidade e que representam um conjunto estruturado de conhecimentos, práticas e atitudes da empresa que, ao interagir com seus ativos tangíveis, contribui para formar o valor da empresa. (VII SIMPÓSIO, 2013).

O crescimento do setor de serviços oriundos da evolução social industrial para a sociedade do conhecimento fez com que não pudesse atribuir resultados empresariais apenas através de seus ativos tangíveis, pois não são os únicos ativos responsáveis pela geração de resultados, assim o ativo intangível constitui de um recurso fundamental para gerar valor as empresas. (ASSUNÇÃO, 2005).

De acordo com a doutrina, o ativo intangível é um ativo que não possui existência física e cujo valor é ilimitado pelos direitos e benefícios que antecipadamente sua posse conferem ao proprietário, formam um cenário mais complexo da teoria da contabilidade, através das dificuldades de definição mais

essencialmente pelas incertezas atinentes da mensuração de seus valores e a estimativa de sua vida útil, sendo assim são ativos incorpóreos. (ASSUNÇÃO, 2005).

O CPC 04 (R1) (2010, p. 4) veio para regulamentar quando um ativo pode e deve ser reconhecido como intangível, definindo-o deste modo: “Ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física”, ao tratar do alcance deste pronunciamento, no item 5, o CPC 04 (R1) (2010) estabelece que o mesmo:

“aplica-se a gastos com propaganda, marcas, patentes, treinamento, início das operações (também denominados pré-operacionais) e atividades de pesquisa e desenvolvimento. As atividades de pesquisa e desenvolvimento destinam-se ao desenvolvimento de conhecimento. Por conseguinte, apesar de poderem gerar um ativo com substância física (por exemplo, um protótipo), o elemento físico do ativo é secundário em relação ao seu componente intangível, isto é, o conhecimento incorporado ao mesmo” (CPC 04 (R1), 2010, p. 4).”

Ou seja, de acordo com o CPC 04 (R1) (2010), um ativo intangível é aquele que decorre de gastos ou obrigações com a aquisição, o desenvolvimento, a manutenção ou o aprimoramento de recursos intangíveis como:

“conhecimento científico ou técnico, projeto e implantação de novos processos ou sistemas, licenças, propriedade intelectual, conhecimento mercadológico, nome, reputação, imagem e marcas registradas (incluindo nomes comerciais e títulos de publicações)” (CPC 04 (R1), 2010, p.6).”

Quanto à definição de ativos intangíveis, em sua pesquisa Crisóstomo (2009), concluiu que até a divulgação do Pronunciamento Técnico CPC 04, não existia no Brasil uma definição de “ativo intangível” em nenhum órgão regulamentador. O autor supracitado apresenta um resumo comparativo da situação relativa à definição de intangíveis no Brasil antes de depois da Lei 11.638/07.

Os principais fatores responsáveis por tal agregação de importância incluem as ondas de incorporações internacionais, onde o objetivo dos líderes de mercado devolve ou adquire marcas famosas, a ampliação do setor de serviços por todo o mundo, a velocidade e a extensão da mudança tecnológica. (MACHADO, 2008).

Os ativos intangíveis são importante fatores de diferenciação, sendo assim contribuem sobremaneira para a obtenção de importantes vantagens competitivas, isso ocorre devido à característica fundamental de todo ativo intangível: sua singularidade. Isto é, os ativos tangíveis como máquinas, equipamentos, fábricas, entre outros são adquiridos com relativa facilidade, desde que a empresa possua

recursos financeiros para tal, por outro lado, os ativos intangíveis são os únicos que é de propriedade de uma única organização. (KAYO 2006, p. 73-90).

Há outro tipo específico de ativo intangível, nomeado capital intelectual, que é tratado diferentemente dos órgãos reguladores, este ativo é oriundo de um processo criativo que pode ser atribuível a um sujeito específico. Em uma organização fundamentada no conhecimento há uma taxonomia para ativos intangíveis onde pode-se identificar estrutura externa, interna, e a competência dos funcionários, sendo eles grupos distintos. (MILONE, 2004).

O capital intelectual individualmente não tem valor, ele deve ser entendido como uma forma de refinar a Estratégia Empresarial da empresa, oferecendo um *feedback* positivo, uma relação pobre entre taxa de Capital Intelectual e valores de mercado evidenciam, conceitos de planejamento estratégico e de Capital Intelectual. Essas duas áreas estão ligadas de uma forma em que é possível analisar a evolução do valor de mercado de uma empresa juntamente com a avaliação de seu capital Intelectual ao longo do tempo, os conceitos de estoque e fluxo de conhecimento são ambos importante, porquanto capitais como o humano e o de inovação podem não alterar a eficiência e a eficácia de uma empresa. (JOIA, 2001).

O ativo intangível só existe se caso tenha agregado em si uma serie de direitos legais que comprovem a sua existência formal, com a necessidade ainda de ter atrelado em si a figura de capacidade de geração de renda para que possa em seu valor quantificado. (MILONE, 2004).

É possível fragmentar e descrever os ativos intangíveis em categorias que permitem identificá-las facilmente, sendo ela dividida da seguinte maneira: tecnologia; clientes; contratos; procedimentos de dados; capital humano; marketing; localização; e o *goodwill*, que é o valor da continuidade do negócio. (MILONE, 2004).

Não há uma definição única para Capital Intelectual, a maiorias de suas definições estão alocadas a definição de ativos intangíveis e a recursos associados ao conhecimento, pode ser coordenar, orquestrar e aplicar seus recursos associados ao conhecimento, de forma a criar valor segundo sua visão estratégica, é o valor econômico dos ativos intangíveis de uma corporação. (JOIA 2009).

O conceito de ativos intangíveis integra um grupo dos mais complexos da Teoria da Contabilidade, não somente porventura da dificuldade de definição, mais

essencialmente pelas incertezas em relação da mensuração de seus valores e de sua vida útil. (SANTOS 2006).

O cenário físico e financeiro compreende os ativos tangíveis, enquanto os demais correspondem aos setores dos ativos intangíveis empregados pela organização. Estes ativos somados aos ativos visíveis compõe o valor total de mercado de uma empresa como está na figura 2. (MILONE 2004).

Figura 2 – Ativos visíveis e Ativos Intangíveis

Ativos Visíveis (valor contábil) Ativos tangíveis menos dívida visível.	Ativos Intangíveis (preço premium da ação)		
	Estrutura Externa	Estrutura Interna	Competência dos Funcionários
	<ul style="list-style-type: none"> • marcas; • relacionamento com clientes; • relacionamento com fornecedores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Organização; • Administração; • estrutura jurídica; • sistemas manuais; • atitudes; • pesquisa e desenvolvimento; • software. 	<ul style="list-style-type: none"> • educação; • experiência.

FONTE: MILONE, 2004.

Inserido os ativos intangíveis reconhecidos pela contabilidade, encontram-se patentes, marcas, direitos autorais, entre outros, mas há uma existente uma ampla contextualização de ativos intangíveis, que apesar de não serem mensurados e identificados, contribuem para os resultados de uma organização, como o *Goodwill* e o Capital intelectual que pela ausência de reconhecimento contábil de modo geral são visto como sinônimos, distintos, ou como gerador do outro. (ASSUNÇÃO, 2005).

Não há interesse em ter um valor absoluto para o Capital Intelectual, os componentes do Capital Intelectual são: Capital Humano, Capital de Inovação, Capital de Processos e Capital de Relacionamento. Todos estes então, classificados como pertinentes a algum componente do Capital Intelectual, de maneira que uma matriz de incidência para um ano específico possa ser desenvolvida. (JOIA 2001, p. 54-63).

Estes três grupos podem ser conceituados como: aqueles que a empresa possui e podem ser comercializados: direito de propriedade intelectual e contratos validos a lei; aqueles que são controlados pela organização, porém não podem ser comercializados separadamente: ativos organizacionais ou estruturais; e aqueles que não são da empresa, mais são influenciados por ela; capital humano e relacional. (SOUZA, 2009).

Para uma teoria de Capital Intelectual tende-se fundamentar na crescente razão ente o valor de mercado e o valor contábil de uma organização, o capital

intelectual de uma organização é a diferença entre seus valores de mercado e contábil. Várias categorizações para ativos vêm sendo apresentada, comparando-as pode-se concluir que elas têm três coisas em comum: conexão com os funcionários; conexão com os processos internos e a estrutura organizacional; conexão com os clientes. (JOIA, 2009).

Dentre os ativos intangíveis de relacionamento com públicos estratégicos, talvez o mais importante seja a marca, esta influência significativa pode ser explicada de acordo com algumas argumentações, os benefícios de se ter uma marca forte são: maior lealdade, menor vulnerabilidade às ações de marketing da concorrência, menor vulnerabilidade às crises de marketing, margens de lucro maiores etc. Esses e outros fatores resultantes de uma marca forte proporcionam lucros operacionais maiores e mais consistentes ao longo do tempo. (KAYO, 2006).

O *goodwill* é um dos mais importantes ativos intangíveis de uma organização, é o ativo que mais frequentemente é contextualizado complexo, por carecer de muitas características associadas a ativos, como a identificabilidade e separabilidade, assim tem recebido muita atenção por sua mensuração. (ASSUNÇÃO, 2005).

O *goodwill* é compreendido pela contabilidade financeira apenas quando é fundamento de compras de uma organização, ou parte dela, é registrado como sendo a diferença entre o valor de mercado e o seu valor contábil. O valor de mercado é determinado baseado na potencialidade de gerar benefícios futuros, e o valor contábil é obtido pela diferença da soma dos valores individuais dos elementos que constituem o ativo e o total dos seus passivos exigíveis, ou seja, o ativo líquido. (ASSUNÇÃO, 2005).

O *goodwill* é evidenciado quando uma organização adquire outra, representado pela diferença do valor de mercado ativo e o valor contábil da empresa, este que pertence a seus investidores e não a empresa, o *goodwill* possui subcontas como: o capital intelectual; recursos humanos; clientes, entre outros. (3º CONGRESSO UFSC, 2009).

Quanto à definição de ativos intangíveis, em sua pesquisa Crisóstomo (2009), concluiu que até a divulgação do Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1)(2010), não existia no Brasil uma definição de “ativo intangível” em nenhum órgão regulamentador. O Quadro 1, apresentado pelo autor supracitado, representa um

resumo comparativo da situação relativa à definição de Ativo Intangíveis (AI) no Brasil antes de depois da Lei 11.638/07.

Quadro 1 - Síntese Conceitual dos AI, antes e depois da Lei 11.638/2007

Momento	Definição de ativo intangível
Antes da Lei 11.638/2007	Ausente Referências a Ativos intangíveis sem conceituação (NBC T.3.2, Deliberação CVM 488/2005 e legislação fiscal abordada na seção 4.1). Uso de Método conceitual real na linha do IASB.
Depois da Lei 11.638/2007	Nova redação do art. 179, VI da Lei 6.404/1976 dada pela Lei 11.638/2007: “os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido”. Pronunciamento CPC 04, item 8: “Ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física”.

Fonte: Crisóstomo (2009).

Ainda de acordo com Cintra (2016, p. 5), “uma definição de ativo identifica suas características essenciais, mas não especifica os critérios a serem observados para que seja reconhecido”. De modo geral ela engloba todos os tipos de ativos, inclusive aqueles itens não reconhecidos como ativos intangíveis em função de não atenderem os critérios de reconhecimento, a expectativa de benefícios econômicos e a probabilidade de realização. O Quadro 2, criado por Cintra (2016) elenca as várias definições de ativo intangível.

Quadro 2 - Definições de Ativos Intangíveis

Conceito	Fontes
“Ativo não monetário identificável sem substância física, mantido para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel a terceiros ou para fins administrativos”.	International Accounting Standard 38 (2012)
“Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercícios com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido”.	Lei das Sociedades por Ações (2008).
“Ativo não monetário identificável sem substância física”.	CPC 04 (R1) (2010)
“Ativos de capital que não tem existência física, cujo valor é limitado pelos direitos e benefícios que, antecipadamente, sua posse confere ao proprietário”.	Iudícibus (2012, p. 135).
Mescla de competências individuais (conhecimento e capacitações), competências organizacionais (cultura) e relacionais não reconhecidas como ativos sob a óptica contábil, mas percebidas por clientes, consumidores, acionistas e investidores. São ativos que, divididos em quatro categorias - ambiental, estrutural, intelectual e relacional - proporcionam de diversos modos a valorização e a diferença de uma organização.	Organization for Economic Co-Operation and Development (OECD) (apud Domeneghetti 2009).
“Termo vem do latim tangere ou do grego tango, cujo significado é tocar. Bens intangíveis são aqueles que não podem ser tocados, porque não possuem corpo físico ou matéria”.	Schmidt e Santos (2010, p.29).

Fonte: Cintra (2016)

A importância dos ativos intangíveis, antes da introdução regulamentar das normas internacionais de contabilidade no Brasil, a evidenciação dos ativos intangíveis não seguia nenhum padrão específico, mesmo com a deliberação da CMV 488/2005, até que a promulgação da Lei 11.638/07, estabeleceu novas normas, o que de fato representou um grande avanço no tratamento destes ativos (BRASIL, 2007).

2.4 O ATIVO E SUA MENSURAÇÃO

De acordo com o desenvolvimento empresarial e diversificação de suas atividades e mercados nas últimas décadas, o índice de interessados nas informações oriundas da contabilidade cresceu consideravelmente, além de que vários usuários possuem necessidades diferentes de informações de acordo com o objetivo que visam alcançar com essas informações, desta forma a contabilidade caminha para uma fase em que não será possível apenas informar sobre fatos antigos, mas primeiramente será indispensável a informação capaz de projetar o futuro das organizações. (OSTROWSKI, 2006).

Analisando o elemento Ativo, aparece a responsabilidade de medi-lo, neste tal processo de designar montantes quantitativos do sistema monetário aos objetos selecionados na instituição, está um dos atributos básicos da informação contábil. O nível de exatidão, como o dado é estabelecido, deve ser o mais próximo da realidade quanto possível. (FERNANDES, 1998).

A mensuração dos resultados é um processo que visa exemplificar o que foi primordialmente proposto no planejamento estratégico e que está sendo alcançada, por mais que seja a tarefa árdua e complexa avaliar os ativos intangíveis e necessários mensurá-los, pois conduzem benefícios para a empresa. (MENEGUELLI, 2007).

Após a identificação do elemento do Ativo, surge a responsabilidade de mensurá-lo, neste processo designar montantes quantitativos monetários aos objetos selecionados na empresa, está um dos atributos básicos da informação contábil. (FERNANDES, 1998).

A mensuração tem por objetivo proporcionar ao usuário um instrumento mais objetivo para compreender a realidade, mesurar em âmbito contábil significa materializar a informação visando a melhor compreensão desta, desta forma mensurar significa atribuir uma quantidade numérica a uma característica ou atributo

de algum objeto, como um ativo, ou de uma atividade, como a de produção. (OSTROWSKI, 2006).

É mais fácil definir mensuração do que exercer a mensuração. Alguns são essenciais para definir os termos de mensuração: quantificações não monetárias como quantificações físicas e quantificações monetárias como moeda. Há que se analisa que dilemas como: ausência de consenso na decisão do padrão de medida, variações do poder aquisitivo da moeda, flutuações de preços, falta de identificação das necessidades dos usuários, contribuem para complexar a mensuração. (MENEGUELLI, 2007).

Por se constituir de conhecimento intangível, a mensuração dos resultados deve ser de forma contínua e sistemática, pois ao contrário dos bens tangíveis que tendem a ter seu valor depreciado com o tempo, o conhecimento cresce cada vez que é utilizado e deprecia quando não utilizado. (MENEGUELLI, 2007).

A definição de mensuração fundamentada no custo evidencia quanto à empresa sacrifica de seus ativos para a obtenção de novos ativos, os valores de entrada exemplificam o sacrifício que a empresa realizou no passado, realiza no presente e realizará no futuro para obter um dado recurso. (GUERREIRO, 2005).

Alguns fatores são essenciais para definir os padrões de mensuração, quantificações não-monetárias como quantificações físicas e quantificações monetárias como moeda. Obstáculos como a falta de consenso na escolha do padrão de medida, variações do poder aquisitivo da moeda, flutuações de preço, falta de identificação das necessidades dos usuários, são fatores que contribuem para dificultar a mensuração. (FERNANDES, 1998).

Como fragmento da mensuração a Gestão do Conhecimento é necessário para que sejam diagnosticadas as competências essenciais e assim averiguado a relação entre desenvolvimento de competências humanas e as competências empresariais, pois é fundamental que se realize uma reflexão minuciosa sobre as reais competências empresariais, ou seja, aquelas que a diferenciarão da concorrência, certificando a empresa vantagem competitiva e bons resultados. (MENEGUELLI, 2007).

Os gestores se deparam com diversas dificuldades na avaliação dos desempenhos e mensuração de seus ativos intangíveis, pois não há um protótipo formal e genericamente aceito, além de que é complexo identificar os ativos

intangíveis que integram valor a atividade produtiva, já que são facilmente reconhecidos na estrutura organizacional. (MENEGUELLI, 2007).

Os valores de entrada representam o volume de dinheiro ou o valor de alguma forma de compensação, pago quando um ativo ou seus serviços adentraram na empresa através de uma troca ou conversão, podem se fundamentarem em trocas passadas ou trocas futuras, assim esses valores são representados pelo valor justo pela empresa, junto ao mercado fornecedor, para adquirir um ativo ou colocá-lo em condições de operação. (OSTROWSKI, 2006).

A mensuração pelos valores de entrada traduz o sentido de custo, o custo é representado pelo montante de recursos sacrificados para o alcance de outro recurso ou conjunto de recursos. (GUERREIRO, 2005).

A necessidade e mensuração esta agregada à importância de que os dados mais precisos, a tomada de decisão é realizado com maior confiabilidade e as metas propostas alcançadas com maior excelência, pois quando se trata de mudança no contexto organizacional este associado à resistência que as pessoas têm a mudança. (MENEGUELLI, 2007).

Em relação ao valor de saída, este representa o montante econômico de recursos econômicos de recursos, proferido em termos monetários, que passa a fazer parte do patrimônio de uma entidade quando esses recursos são substituídos por outros de sua propriedade em transações com terceiros. (GUERREIRO, 2005).

As avaliações dos valores de saída se baseiam no valor por meio do qual os ativos são vendidos ou trocados quando saem da empresa, quando essa empresa realiza em um mercado organizado, assim os preços de saída representam o volume de caixa, ou o valor de algum outro instrumento de pagamento, recebido quando um ativo ou serviço deixa a empresa por meio de troca ou conversão. (OSTROWSKI, 2006).

Os valores de saída podem ser quantificados como os valores de vendas de seus ativos, os valores de saída são aqueles atribuídos nos setores de mercado onde a organização oferta seus recursos, eles representam o benefício que a empresa auferiu, auferir e auferirá como as realizações de seus recursos, ou seja, com a sua venda no mercado. (GUERREIRO, 2005).

A mensuração de resultados pode auxiliar na diminuição das possíveis irregularidades entre o que se fala e o que se compreende, pois, baseados em suas

experiências pessoais, ambas possuem histórias que determinam a sua interpretação. Assim, é importante que o formulador da informação a fundamente de maneira clara e objetiva, utilizando todos os mecanismos e canais disponibilizados para alcance do objetivo final, converter conhecimento. (MENEQUELLI, 2007).

Ao tratar de capital intelectual, segundo Avelino, Pinheiro, Lamounier (2012), há uma numerosa quantidade de itens que se enquadram na definição de capital intelectual, mas nem todos, conforme ressalta o CPC 04 (R1) (2010), se enquadram na definição de ativo intangível, ou seja, são identificáveis, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros.

Assim sendo, para os estudiosos do tema, os termos ativos intangíveis e capital intelectual se confundem, sendo frequentemente usados como sinônimos, considerando-se que em algumas situações é possível valer-se destes conceitos como sendo análogos. Contudo, para Zanini e Calvo (2006) é possível diferenciar e separar seus conceitos, uma vez que capital intelectual é um conceito mais geral enquanto ativo intangível é mais restrito.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

Este capítulo tem como objetivo descrever o tipo de pesquisa realizada, expondo a descrição dos instrumentos escolhidos para a pesquisa abordando: (i) classificação da pesquisa; (ii) procedimentos para realização da revisão de literatura; e, (iii) procedimentos para coleta e análise de dados.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

De acordo com Gil (1999), as pesquisas podem ser classificadas quanto à natureza, forma de abordagem do problema, objetivo e procedimento.

Este trabalho foi desenvolvido utilizando o método de pesquisa aplicada, a qual é dedicada à geração de conhecimento para solução de problemas específicos, é dirigida à busca da verdade para determinada aplicação prática em situação particular, e que consiste em utilizar conhecimentos já sistematizados tentando a solucionar problemas organizacionais ou de caráter humano. (ALMEIDA, 2014)

Os procedimentos metodológicos, quanto a abordagem do problema, estão concentrados em uma pesquisa eminentemente quantitativa, que trabalha com os dados, obtidos direta ou indiretamente na documentação e bibliografias em relação à pesquisa. (BEUREN, 2010).

Este trabalho apresenta uma pesquisa exploratória, sendo a metodologia utilizada neste estudo a análise da documentação direta, por meio de pesquisa bibliográfica, complementada por informações e artigos retirados de sites da Internet.

Foi tomado como base para a realização deste estudo, o artigo publicado por Avelino, Pinheiro, Lamounier (2012), que pesquisaram a relação entre o índice de evidenciação de informações compulsórias sobre ativos intangíveis de empresas listadas no IBOVESPA, com o tamanho, setor de atuação e a quantidade de anos de constituição das empresas.

O artigo buscou demonstrar a situação das empresas listadas na bolsa de valores, no ano de 2010, em relação a evidenciação e mensuração dos ativos intangíveis em relação ao CPC 04, assim, o intuito desse estudo e averiguar a situação atual, se ocorreu evolução ou não nesse lapso temporal.

3.2 LEVANTAMENTO DE DADOS

Em princípio, toda pesquisa tem um caráter bibliográfico em algum momento de sua concepção, mas existem trabalhos em que os dados provêm apenas ou prioritariamente das referências teóricas. Muitas vezes a bibliografia da área temática apresenta divergências ou análises realizadas em diferentes perspectivas. Nestes casos, justifica-se recorrer à literatura e apontar os consensos e as divergências sobre um determinado fenômeno. (THESAURUS, 2016)

No dizer de Gil (1991), a pesquisa bibliográfica é um trabalho de natureza exploratória, que propicia bases teóricas ao pesquisador para auxiliar no exercício reflexivo e crítico sobre o tema em estudo. No primeiro momento é bastante útil para aguçar a curiosidade do pesquisador e despertar inquietações sobre o tema a ser estudado. Serve para ambientar o pesquisador com o conjunto de conhecimento sobre o tema. É a base teórica para o estudo, devendo, por isso, constituir leitura seletiva, analítica e interpretativa de livros, artigos, reportagens, textos da Internet, filmes, imagens e sons. O pesquisador deve buscar ideias relevantes ao estudo, com registro fidedigno das fontes. Essas ideias relevantes serão registradas em forma de fichamento, ou seja, mediante catalogação do conteúdo importante para o trabalho. Deve conter cabeçalho, identificação do autor, título, editora e ano.

3.3 COLETA DOS DADOS

Para esta pesquisa o universo de busca das informações é o segmento Novo Mercado, este grupo é composto pelas companhias que possuem suas ações negociadas na bolsa de valores BM&FBOVESPA. Sendo este, de acordo com a classificação da própria BM&FBOVESPA, o mais elevado padrão de governança corporativa, pois adota voluntariamente práticas de governança adicionais àquelas que são impostas pela legislação brasileira, visando atender as normas internacionais de contabilidade.

Assim sendo, foram selecionadas empresas dentro de uma subdivisão de setores deste segmento, sendo que como critério de escolha foram tomadas aquelas que no exercício social de 2020 obtiveram a maior receita líquida, das quais foram escolhidas cinco maiores empresas com base na receita líquida anual, de cada setor, e a definição do número de empresa para a amostra foi com base na quantidade de

empresas do setor Petróleo, Gás e Biocombustíveis, já que possui a menor quantidade vinculados ao Novo Mercado, em relação aos demais setores, com exceção dos setores de comunicação e materiais básicos, que não possuíam as cinco empresas, como observa-se no Quadro 3.

Quadro 3 - População da Pesquisa

SETORES	Nº DE EMPRESAS POR SETOR	Nº DE EMPRESAS POR SETOR VINCULADOS AO NOVO MERCADO
Bens Industriais	74	10
Comunicações	7	2
Consumo Cíclico	92	37
Consumo não cíclico	28	13
Financeiro	84	16
Materiais Básicos	30	3
Outros	17	0
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	12	5
Saúde	22	11
Tecnologia da Informação	16	13
Utilidade Pública	68	8
TOTAL NA BOVESPA	450	118
Excluído – Financeiro	84	16
BASE DA AMOSTRA	366	102

Fonte: Dados da pesquisa

A seleção criteriosa destas empresas ocorreu com o pressuposto de que, devido ao seu alto nível de governança, critério exigido pela BM&FBOVESPA para as empresas no mercado de ações serem incluídas no segmento Novo Mercado, as mesmas têm maior visibilidade e representatividade em suas operações no cenário mundial e brasileiro atual, por consequência disto seriam alvos de ampla evidenciação nos relatórios contábeis, servindo também como espelho para outras empresas que almejam alcançar o mesmo nível corporativo.

Já a escolha da receita líquida como critério de seleção das empresas, deu-se pelo pressuposto de que as empresas que vendem mais são mais propensas a ter uma formação de patrimônio maior, pois com o devido zelo e controle dos custos as empresas tendem a ter um lucro maior, o que levaria ao aumento do patrimônio líquido e por consequência o aumento de ativos e passivos delas. (MACAGNAN, 2009).

Para chegar a esta amostra tem-se que a população deste estudo foi composta, inicialmente, por 450 empresas listadas na BM&FBOVESPA. Dentre estas, optou-se por excluir da população as empresas que atuam no setor financeiro, devido a atenderem uma legislação específica, restando então 366 empresas, conforme Quadro 3.

Para a análise, a coleta dos dados foi realizada com empresas que estão classificadas no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA. De forma que, a população ficou reduzida ao total de 102 empresas pertencentes a este segmento, conforme Quadro 3. Dentre estas, foi utilizado para compor as empresas analisadas, o critério de seleção de 5 empresas, no máximo, de cada segmento, todavia, em relação ao Setor de comunicação e Materiais Básicos, ficou-se limitado ao total vinculado ao Novo Mercado.

Em relação a escolha de 5 empresas, por setor, optou-se em limitar pelo menor número de empresa listado no Novo Mercado, assim o setor Petróleo, Gás e Biocombustíveis, que atualmente possui 5 empresas, foi utilizado como parâmetro para os demais setores, com exceção dos setores de Comunicação e Materiais Básicos, ficaram limitados a 3 empresas, e que obtiveram no ano de 2020 a maior receita líquida, em ordem decrescente.

Assim, após a devida avaliação do critério de seleção aplicado à população de 102 empresas, apresentada no Quadro 3, a amostra do estudo ficou composta por 40 empresas listadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, que estão situadas dentro de cada um dos setores listados anteriormente, que obrigatoriamente pertencem ao setor Novo Mercado, sendo estas demonstradas no Quadro 4.

Quadro 4 - Amostra da Pesquisa

Setores	Empresas Selecionadas	Receita Líquida em 2020
1 - Bens Industriais	RUMO S.A.	6.966.159
	COSAN LOG	5.304.191
	GPS	4.942.186
	AERIS	2.208.702
	HIDROVIAS	1.462.103
2 – Comunicações	TIM	17.267.812
	ELETROMIDIA	268.303
3 - Consumo Cíclico	VIAVAREJO	28.901.000
	B2W DIGITAL	10.124.347
	IOCHP-MAXION	8.760.568
	LOJAS RENNER	7.537.180
	COGNA ON	5.269.144
4 - Consumo não Cíclico	CARREFOUR BR	71.191.000
	P.ACUCAR-CBD	51.253.000
	GRUPO MATEUS	12.397.038
	ASSAI	9.448.000
	BIOSEV	8.522.891
5 - Materiais Básicos	SUZANO S.A.	30.460.277
	FER HERINGER	2.214.192
	PARANAPANEMA	1.307.490
6 - Petróleo, Gás e Biocombustíveis	PETROBRAS BR	81.501.000
	ENAUTA PART	945.446
	PETRORIO	655.334
	OCEANPACT	642.582

	3R PETROLEUM	204.254
7 – Saúde	REDE D OR	14.029.408
	INTERMEDICA	10.673.268
	HAPVIDA	8.554.961
	PAGUE MENOS	1.776.320
	IHPARDINI	1.494.012
8 - Tecnologia da Informação	POSITIVO TEC	2.192.173
	INTELBRAS	2.134.376
	LINX	876.377
	MOBLY	603.105
	LOCAWEB	488.210
9 - Utilidade Pública	CPFL ENERGIA	30.898.458
	ENGIE BRASIL	12.259.159
	ENEVA	3.243.309
	FOCUS ON	1.227.616
	AMBIPAR	701.612

Fonte: Dados da Pesquisa

3.4 PROCEDIMENTO PARA A COLETA DE DADOS

Beuren (2010, p. 134), traz que um checklist está enquadrado como um “instrumento de pesquisa exequível para a coleta de dados, sendo este uma forma de verificar se a população pesquisada dispõe de elementos necessários para aplicação de uma determinada proposta teórica”.

Para a coleta de dados foi utilizado, com base no artigo de Lamounierv(2012), um checklist de perguntas que visam obter dados que mostrem informações quanto à natureza, a evidenciação, mensuração, a contabilização e a evidenciação dos ativos intangíveis, com base nos dispositivos do CPC 04.

No Quadro 5 é apresentado o checklist que foi utilizado para coleta de dados. Este foi adaptado por Lamounierv(2012), do estudo de Moura *et al.* (2011).

Quadro 5 - Checklist adaptado de Moura *et al.* (2011)

I – Valor do Intangível/Amortização
01 - Informações sobre intangíveis separados em classes
02 - Valor de custo do intangível no final do período
03 - Amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no final do período
04 - Valor líquido do intangível no final do período
05 - Valor de custo do intangível no início do período
06 - Eventual amortização acumulada no início do período
07 - Valor líquido do intangível no início do período
08 - Amortização reconhecida no período
II – Vida útil
09 - Classificação da vida útil do intangível como definida ou indefinida
10 - Motivos que fundamentam a avaliação e os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil definida ou indefinida
11 - Prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas
12 - Métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida
III – Conciliação do valor contábil
13 - Rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi incluída
14 - Informações sobre adições, baixas e transferências
15 - Informações sobre ativos classificados como mantidos para venda ou outras baixas
16 - Informações sobre realizações de testes de impairment e constituição da provisão de perda, quando aplicável

Fonte: Dados da pesquisa

Moura *et al.* (2011) criaram, de forma sistemática, uma lista de quesitos dos principais itens colocados pelo CPC 04 (R1)(2010) que evidenciam a divulgação e a mensuração dos ativos intangíveis, segregando-o em três blocos para a análise a saber:

✓	BLOCO I	Valor do Intangível/Amortização	VIA
✓	BLOCO II	Vida útil	VU
✓	BLOCO III	Conciliação do valor contábil	CVC

Inquirindo deste modo, estudar e examinar se as informações foram apresentadas segundo as determinações do acenado pronunciamento técnico, a análise das notas explicativas, extraídas dos relatórios das publicações de Balanços, foi alcançada por meio da sua leitura e busca por palavras-chave associadas aos itens do checklist citadas no Quadro 6.

Quadro 6 - Palavras-Chaves do Checklist

I – Valor do Intangível/Amortização	Palavras-Chave - Item I
01 - Informações sobre intangíveis separados em classes	Ativos Intangíveis; Classes; intangível
02 - Valor de custo do intangível no final do período	Custo; período.
03 - Amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no final do período	Amortização; Acumulada.
04 - Valor líquido do intangível no final do período	Valor Líquido.
05 - Valor de custo do intangível no início do período	Custo; período.
06 - Eventual amortização acumulada no início do período	Amortização; Acumulada.
07 - Valor líquido do intangível no início do período	Valor Líquido.
08 - Amortização reconhecida no período	Amortização; Acumulada.
II – Vida útil	Palavras-Chave - Item II
09 - Classificação da vida útil do intangível como definida ou indefinida	Vida Útil; definida; indefinida
10 - Motivos que fundamentam a avaliação e os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil definida ou indefinida	Vida Útil; definição; definida, indefinida
11 - Prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas	Vida Útil; Taxa; Prazo; amortização
12 - Métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida	Método; Amortização; Vida Útil; linear
III – Conciliação do valor contábil	Palavras-Chave - Item III
13 - Rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi incluída	Amortização; Acumulada.
14 - Informações sobre adições, baixas e transferências	Adições; Baixas; Transferências
15 - Informações sobre ativos classificados como mantidos para venda ou outras baixas	Mantido; Venda; Baixa
16 - Informações sobre realizações de testes de impairment e constituição da provisão de perda, quando aplicável	Impairment; Provisão; Perda

Fonte: Dados da pesquisa

A coleta de dados é primordial no presente estudo, pois, tem como base os relatórios emitidos e divulgados pelas companhias junto à bolsa de valores

BM&FBOVESPA. A análise documental, dos relatórios da administração, envolveu o levantamento de dados junto às demonstrações contábeis e notas explicativas divulgadas no ano de 2021, tomando como base o exercício financeiro de 2020.

Para cálculo do índice de performance das informações divulgadas pelas empresas, foi utilizado o checklist apresentado no Quadro 5, elaborado a partir do CPC 04. Assim, a exemplo de Moura *et al.* (2011), converteu-se em sim e não, em informação binária. Para cada resposta obtida seriam atribuídas duas notas variando entre 0 e 1, sendo:

- ✓ 0 = para aquelas que não estavam em conformidade com as determinações do CPC 04;
- ✓ 1 = para as informações que foram apresentadas conforme as determinações;

Ao término do levantamento dos dados, as empresas que tiveram questões que receberam pontuação “2”, considerada não aplicável, foram removidas do índice, uma vez que, caso não fossem, o resultado poderia sofrer distorções. Desta maneira, a pontuação compreende somente a soma das questões que receberam pontuação “0” e “1”.

3.5 PROCEDIMENTOS PARA A ANÁLISE DOS DADOS

A base do estudo lastreou em análise documental, no qual foram analisados documentos de divulgação obrigatória das empresas pertencentes ao grupo Novo Mercado, inseridas na Bolsa de Valores – BM&FBOVESPA, com base no DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas, que constam, entre outras informações, as demonstrações contábeis, relatórios da administração e notas explicativas.

A matriz de dados foi tabulada, utilizando a ferramenta planilha eletrônica, por meio do Excel, permitindo assim preparar as informações, levando em conta a análise pretendida, ou seja, examinar através de um checklist de perguntas a serem respondidas, buscando as respostas nas demonstrações e notas explicativas publicadas.

Para a realização desse estudo ficaram definidas as seguintes variáveis independentes: tamanho, setor de atuação, tempo de constituição da empresa e

representatividade frente o ativo total e como variável dependente o índice de evidenciação em relação à conformidade com as especificações do CPC 04.

- ✓ IEAI - Índice de evidenciação dos ativos intangíveis conforme determinação do CPC 04;
- ✓ TC = Tempo de Constituição da empresa;
- ✓ InAtivoTotal = Representação do tamanho da empresa;
- ✓ RFAT = Representatividade Frente o Ativo Total;
- ✓ Setor = Setor de atuação da empresa.

Utilizado para fins de validação do estudo, os critérios estatísticos de população e homogeneidade da amostra para atender aos três primeiros objetivos elencados (- Verificar como as empresas estão evidenciando os ativos intangíveis em relação ao valor do intangível e amortização; - Averiguar de que maneira as empresas estão evidenciando os ativos intangíveis em relação à vida útil; - Apurar como as informações no que tange a conciliação do valor contábil estão sendo evidenciadas nas empresas); foram o cálculo da média, testes de frequência, desvio padrão e para a análise de diferença de médias entre médias de até dois agrupamentos, aplicou-se o teste não paramétrico Mann-Whitney.

O teste de Mann-Whitney que foi realizado é indicado para comparação entre dois grupos independentes com o objetivo de verificar se eles pertencem ou não a mesma população, com um nível de significância de 5% procura-se verificar se há evidências para acreditar que os valores de um setor de atuação são superiores aos valores de outro setor analisado. (VERA CARMO, 2016).

Já para satisfazer o quarto objetivo e averiguar a associação entre a variável dependente e as variáveis independentes (que são características das empresas analisadas) no que tange a evidenciação dos ativos intangíveis conforme o CPC 04(R1) (2010) fez-se uma análise de regressão linear múltipla. Foram testadas na pesquisa quatro hipóteses:

- ✓ H1:O tempo de constituição da entidade influencia na evidenciação dos ativos intangíveis da empresa conforme o CPC 04.
- ✓ H2:O tamanho da entidade influencia na evidenciação dos ativos intangíveis da empresa conforme o CPC 04.
- ✓ H3:A representatividade da intangível frente o ativo total da entidade influencia na evidenciação dos ativos intangíveis da empresa conforme o CPC 04.
- ✓ H4:O setor de atuação da entidade influencia na evidenciação obrigatória dos ativos intangíveis da empresa conforme o CPC 04.

À vista disso, o índice abrange a soma das questões que receberam pontuação 0 e 1, sendo a pontuação total possível do conjunto de informações (16 quesitos), consistindo em uma amostra final para a pesquisa composta por 36 empresas.

Para a realização da análise foi excluída da amostra o GRUPO MATEUS, que apesar de apresentar em seu Balanço Patrimonial Consolidado uma receita de 12.397.038, mas com o Ativo Intangível representando 0,005% do ativo Total.

Também foram excluídas da amostra as empresas AERIS, INTELBRAS e FOCUS ON que o valor apresentado nos Balanços Patrimoniais, os valores do Ativo Intangível, também considerado insignificantes, e poderia distorcer a pesquisa, já que como os quesitos são convertidos em binário (0 e 1).

3.6 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

A limitação decorre da natureza da pesquisa com viés mais quantitativo, ao estabelecer comparações, para poder generalizar os resultados. Desenvolve-se no sentido de quantificar dados ou fatos, apresentando respostas numéricas. Assim, as conclusões obtidas ficaram restritas a amostra, uma vez que esta foi intencional e não problemática.

A investigação exploratória, que não deve ser confundida com leitura exploratória, é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado, inclusive por sua natureza, não comporta hipóteses.

O estudo foi direcionado para um grupo específico de empresa, com as melhores práticas de governança corporativa, listado na B3, conhecido como Novo Mercado, assim, não se pode generalizar os resultados para os demais grupos de empresa fora desse segmento.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Instigado a conhecer o grau de aderência das companhias abertas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA, as alterações introduzidas pela nova legislação quanto aos Ativos Intangíveis, os resultados desse estudo seguem nos próximos tópicos.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

No que se refere a verificação de conformidade com o CPC 04 (R1), das informações evidenciadas sobre ativos intangíveis, observa-se na análise descritiva evidenciada na Tabela 1, que dos dezesseis itens pesquisados nas notas explicativas das empresas, o mínimo de itens evidenciados foi de 12 e o máximo de 16 itens, obtendo deste modo uma média de evidenciação do total de 14,5 dos 16 itens analisados, que representa 90,63% do total, significando que as empresas buscaram adaptar-se as normas internacionais de contabilidade.

Tabela 1- Estatísticas descritivas

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Índice de Evidenciação de Ativos Intangíveis	36	12	16	14,5	1,463
Nº válido (de lista)	36				

Fonte: Dados da pesquisa

Já o desvio padrão 1, 463, pode-se afirmar que os dados são uniformes, pois, o desvio padrão expressa o grau de dispersão de um conjunto de dados, ou seja, o desvio padrão indica o quanto um conjunto de dados é uniforme. Quanto mais próximo de “0” for o desvio padrão, mais homogêneo são os dados.

A Tabela 2, traz uma relação nominal de todas as empresas, revelando que das 36 empresas analisadas, 13 delas evidenciaram todos os índices investigados, isto é, dos 16 quesitos todos foram validados, ou seja, obtendo 100% de evidenciação.

Tabela 2 - Percentual de Evidenciação I

Ordem	Empresas	Percentual
1	TIM	100%
2	VIAVAREJO	100%
3	IOCHP-MAXION	100%
4	LOJAS RENNER	100%
5	CARREFOUR BR	100%
6	P.ACUCAR-CBD	100%
7	ASSAI	100%
8	PETROBRAS BR	100%
9	INTERMEDICA	100%
10	HAPVIDA	100%
11	ENGIE BRASIL	100%
12	ENEVA	100%
13	AMBIPAR	100%

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 3 apresenta nominalmente as outras 23 empresas que não alcançaram os 100% de evidenciação, ou seja, em suas demonstrações deixaram de ser evidenciadas algumas informações relativas aos ativos intangíveis pesquisados nos 16 índices do checklist de pesquisa.

Tabela 3 - Percentual de Evidenciação II

Ordem	Empresas	Percentual
1	RUMO S.A.	94%
2	COSAN LOG	75%
3	GPS	94%
4	HIDROVIAS	81%
5	ELETROMIDIA	81%
6	B2W DIGITAL	94%
7	COGNA ON	88%
8	BIOSEV	88%
9	SUZANO S.A.	88%
10	FER HERINGER	75%
11	PARANAPANEMA	88%
12	ENAUTA PART	75%
13	PETRORIO	81%
14	OCEANPACT	75%
15	3R PETROLEUM	88%
16	REDE D OR	88%
17	PAGUE MENOS	94%
18	IHPARDINI	94%
19	POSITIVO TEC	81%
20	LINX	81%
21	MOBLY	94%
22	CPFL ENERGIA	75%
23	LOCAWEB	94%

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 4 aponta qual setor destacou-se por ter alcançado evidenciação em grande parte dos itens analisados, acima de 97%, sendo este o setor Consumo Não Cíclico, bem como traz que o setor que apresenta o menor percentual foi o Materiais Básicos, com um percentual de 83% de evidenciação. A Tabela 4 aponta que o setor de Bens Industriais é aquele que mais possui ativos intangíveis frente o seu ativo total com 35% e o setor de Materiais Básicos aquele que possui o menor percentual de intangíveis frente seu ativo total com 6%.

Tabela 4 - Percentual de evidenciação por setor

Setor de Atuação	Percentual	Percentual Ativo Intangível (AI) Frente ao Ativo Total
1 - Bens Industriais	86%	35%
2 – Comunicações	91%	33%
3 - Consumo Cíclico	96%	10%
4 - Consumo não Cíclico	97%	7%
5 - Materiais Básicos	83%	6%
6 - Petróleo, Gás e Biocombustíveis	84%	13%
7 – Saúde	95%	30%
8 - Tecnologia da Informação	88%	22%
9 - Utilidade Pública	94%	14%

Fonte: Dados da pesquisa

Nos dados analisados das 36 empresas consideradas em relação a representatividade dos ativos intangíveis frente ao ativo total, nota-se que em sua conta de Ativos, duas delas têm mais de 50% do seu valor representado na conta de Ativos Intangíveis, a saber HIDROVIAS com 68%, ELETROMIDIA com 62% e aquelas que apresentam um percentual de ativos intangíveis frente o seu ativo total menor do que 1% são: PARANAPANEMA com 0,2%, FER HERINGER 0,4%.

4.2 ANÁLISE EM RELAÇÃO AO VALOR DO INTANGÍVEL/AMORTIZAÇÃO

Esta seção tem o intuito de atender o primeiro objetivo desta pesquisa que é: “verificar como as empresas estão evidenciando os ativos intangíveis em relação ao valor do intangível e amortização”.

A Tabela 5 apresenta a evidenciação de cada item do checklist, mostrando quantas empresas divulgaram as informações referentes a cada um destes itens referentes ao Bloco I - Valor do Intangível e Amortização trazendo também o percentual de evidenciação de cada item pesquisado.

Tabela 5 - Percentual de Evidenciação Bloco I – Valor do Intangível/Amortização

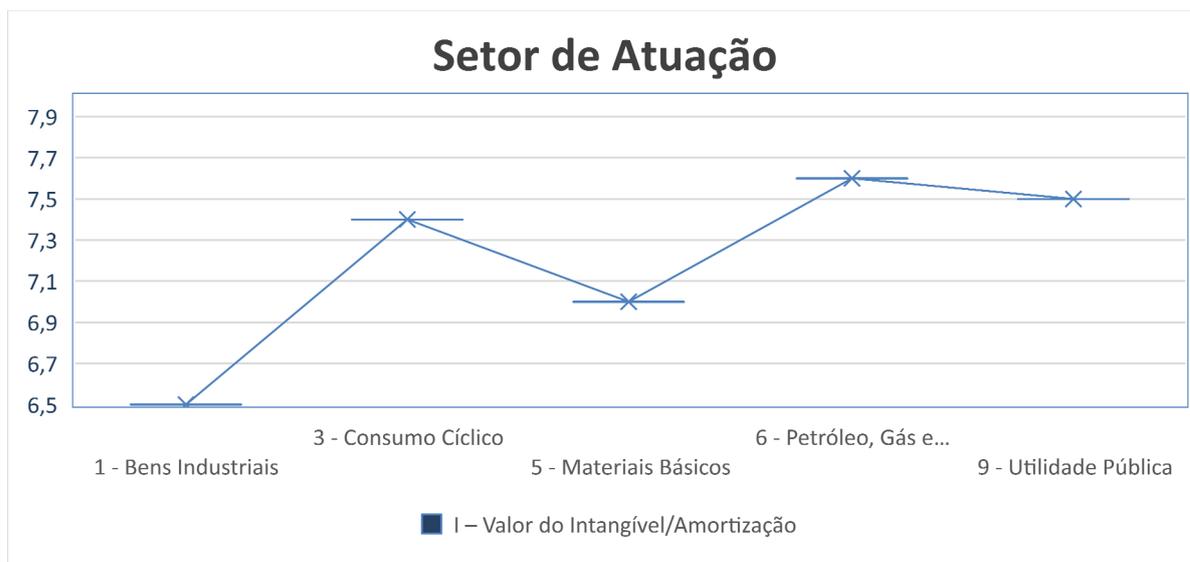
I – Valor do Intangível/Amortização	Nº de Evidenciado		Percentual de Evidenciação	Média
01 - Informações sobre intangíveis separados em classes	36	34	94%	
02 - Valor de custo do intangível no final do período	36	33	92%	
03 - Amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no final do período	36	34	94%	
04 - Valor líquido do intangível no final do período	36	34	94%	
05 - Valor de custo do intangível no início do período	36	35	97%	7,56
06 - Eventual amortização acumulada no início do período	36	32	89%	
07 - Valor líquido do intangível no início do período	36	34	94%	
08 - Amortização reconhecida no período	36	36	100%	
Percentual Médio de evidenciação no Grupo I -			94,4%	

Fonte: Dados da Pesquisa

Observar-se que todos os itens pesquisados nas 36 empresas, do Bloco I - Valor do Intangível/Amortização - alcançou uma média de evidenciação de 7,56, esta média demonstra um percentual de evidenciação de 94,4% dos dados, além do que, a maioria obteve evidência acima de 94% nos quesitos, e 100% no reconhecimento da amortização reconhecida no período. Haja vista que somente o item 6 (Eventual amortização acumulada no início do período), diferenciou-se dos demais, pois ficou com apenas 89% de evidenciação.

O Gráfico 1 mostra em quais setores ocorreram essas divergências de informações no Bloco I - Valor do Intangível/Amortização, ou seja, evidencia quais os setores que possuem essas empresas que deixaram de evidenciar nos itens 1 a 7, já que o item 8 foram atendidos em 100%. Os setores que atingiram 100% em todos os quesitos analisados foram omitidos na representação gráfica.

Gráfico 1 - Evidenciação por setor de atuação - Grupo I



Fonte: Dados da pesquisa

No teste de frequência realizado, constatou-se o número de empresas por setor que deixou de evidenciar o que se pede no item 6 (quadro 6), o que apresentou a pior evidenciação, abaixo dos 90% (Tabela 5), tal como está exposto na Tabela 6.

Tabela 6 - Teste de frequência - Item 6 - Eventual amortização acumulada no início do período

Válido	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Acumulada
SIM	32	88,9%	88,9%	88,9%
Não	4	11,1%	11,1%	100,0%
Total	36	100,0%	100,0%	

Fonte: Dados da pesquisa

Notou-se nesta análise que as 4 empresas (Quadro 7) que não evidenciaram o item 6, referente eventual amortização acumulada no início do período, foram:

Quadro 7- Empresas que não evidenciaram Bloco I

1 - Bens Industriais	HIDROVIAS
3 - Consumo Cíclico	COGNA ON
5 - Materiais Básicos	FER HERINGER
6 - Petróleo, Gás e Biocombustíveis	ENAUTA PART

A HIDROVIAS, empresa com a menor receita líquida, no setor, utilizando o modal hidroviário, diferente dos demais da pesquisa, que concentram nos modais ferroviários e rodoviários. Também chama a atenção, as que evidenciaram apenas 89% dos quesitos, essas empresas em seus setores tinham o menor faturamento.

Os testes não paramétricos são baseados nas posições das observações e não em suas grandezas numéricas. Por isso que se diz que o teste Mann-Whitney compara a mediana ao invés da média (como no teste t). Além disso, o teste de Mann-Whitney não faz nenhuma suposição quanto a distribuição, populacional.

Este teste não paramétrico foi realizado com um nível de significância de 5%, e por meio do sistema da IBM SPSS Statistics, observa-se que os valores encontrados comprovam esta semelhança entre os setores, visto que o p-valor ficou menor $< 0,05$, encontrado foi o valor de 0,003, ou seja, este valor tem uma significância de 17,94%, que é bem maior do que a relevância pré-determinada para a análise.

Figura 3 - Teste de Mann-Whitney

U de Mann-Whitney	18,000
Z	-2,973
Significância Sig. (P-Valor)	,003

Fonte: Dados da Pesquisa - IBM SPSS

Assim os resultados encontrados demonstram que estatisticamente entre todos os setores há uma homogeneidade de evidenciação das informações referentes ao valor da vida útil/amortização dos ativos intangíveis.

4.3 ANÁLISE EM RELAÇÃO À VIDA ÚTIL

Nesta etapa tem-se o intuito de responder o segundo objetivo da pesquisa que é: “constatar de que maneira as empresas estão evidenciando os ativos intangíveis em relação à vida útil”.

Atinente ao Bloco II - Vida Útil - percebeu-se que apenas referente ao item 12, as 36 empresas da amostra populacional, tiveram todos os quesitos validados, assim, obteve 100% de evidenciação, mostrando que possivelmente este quesito ainda requer uma atenção melhor na interpretação para uma melhor divulgação. Este bloco apresentou uma média de evidenciação de 3,31, dentre os 4 itens pesquisados junto as informações prestadas nas notas explicativas das 36 respectivas empresas analisadas da amostra, o que gera um percentual de divulgação para o bloco II de 82,6%, demonstrado na Tabela 7.

Tabela 7 - Percentual de Evidenciação - Bloco II - Vida Útil

II – Vida útil	Nº Evidenciado		Percentual de Evidenciação	Média
09 - Classificação da vida útil do intangível como definida ou indefinida	36	28	78%	
10 - Motivos que fundamentam a avaliação e os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil definida ou indefinida	36	25	69%	
11 - Prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas	36	30	83%	3,31
12 - Métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida	36	36	100%	
Percentual Médio de evidenciação no Grupo II			82,6%	

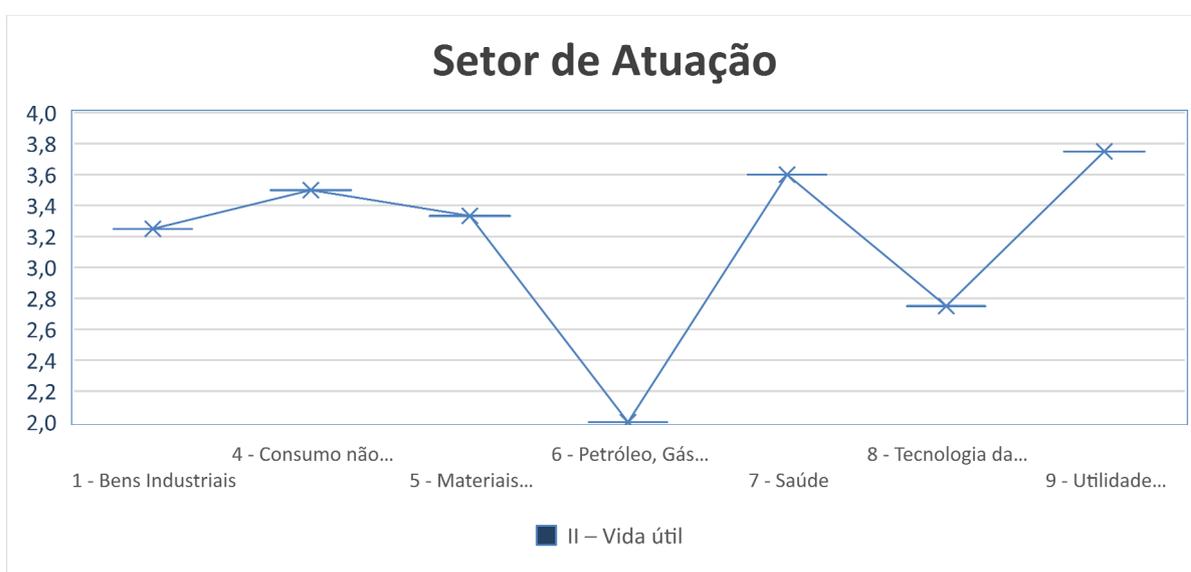
Fonte: Dados da Pesquisa

De acordo com o Gráfico 2, analisando por setor de atuação, tem-se que apenas os setores de Comunicações e Consumo Cíclico foram os que atenderam a 100% dos itens pesquisados dentro do Grupo II, por esta razão não estão destacados no gráfico.

A representação gráfica juntamente com os dados encontrados demonstra que os outros 9 setores pesquisados, com a exceção dos setores Comunicações e Consumo Cíclico, têm tido problemas ao evidenciar este grupo de informações relacionadas com a vida útil dos ativos intangíveis.

Dentro do Bloco II, observa-se também, que apenas no item 12, todas as empresas pesquisadas atingiram 100% na evidenciação em suas demonstrações, em conformidade ao art. 179 da Lei 11.638 de 2007.

Gráfico 2- Evidenciação por setor de atuação – Grupo II



Fonte: Dados da pesquisa

Destarte ao item 09, apurou-se que o número de empresas que não evidenciaram a classificação da vida útil do intangível como definida ou indefinida, foram oito empresas.

Tabela 8 – Item 09 - Teste de frequência - Classificação da vida útil do intangível como definida ou indefinida

Válido	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Acumulada
SIM	28	77,8%	77,8%	77,8%
Não	8	22,2%	22,2%	100,0%
Total	36	100,0%	100,0%	

Fonte: Dados da pesquisa

No Quadro 8 tem-se a relação de quais são estas empresas, identificadas pelo seu setor de atuação:

Quadro 8 - Empresas que não evidenciaram – Bloco II

1 - Bens Industriais	HIDROVIAS
4 - Consumo não Cíclico	BIOSEV
6 - Petróleo, Gás e Biocombustíveis	ENAUTA PART
	PETRORIO
	OCEANPACT
	3R PETROLEUM
8 - Tecnologia da Informação	POSITIVO TEC
	LINX

Ao realizar o teste de frequência para identificar quantas empresas deixaram de evidenciar tais informações por item pesquisado, apurou-se que: no item 10 - Motivos que fundamentam a avaliação e os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil definida ou indefinida foram exatamente onze empresas como descrito na Tabela 9.

Tabela 9 - Teste de frequência – Item 10 - Motivos que fundamentam a avaliação e os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil definida ou indefinida

Válido	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Acumulada
SIM	25	69,4%	69,4%	69,4%
Não	11	30,6%	30,6%	100,0%
Total	36	100,0%	100,0%	

Fonte: Dados da pesquisa

O Quadro 9 apresenta a relação de quais são estas empresas, identificadas pelo seu setor de atuação:

Quadro 9 - Empresas que não evidenciaram - Bloco II

4 - Consumo não Cíclico	BIOSEV
5 - Materiais Básicos	SUZANO S.A.
	FER HERINGER
6 - Petróleo, Gás e Biocombustíveis	ENAUTA PART
	PETRORIO
	OCEANPACT
	3R PETROLEUM
7 - Saúde	REDE D OR
	PAGUE MENOS
8 - Tecnologia da Informação	POSITIVO TEC
	LINX

O item onze verificou a quantidade de empresas que não evidenciaram informações sobre os prazos de vida útil ou taxas de amortizações utilizadas foram seis empresas, apresentado na Tabela 10.

Tabela 10 - Teste de frequência - Item 11 - Prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas

Válido	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Acumulada
SIM	30	83,3%	83,3%	83,3%
Não	6	16,7%	16,7%	100,0%
Total	36	100,0%	100,0%	

Fonte: Dados da pesquisa

O Quadro 10 relaciona estas empresas, identificadas pelo seu setor de atuação:

Quadro 10 - Empresas que não evidenciaram Bloco II

1 - Bens Industriais	RUMO S.A.
	COSAN LOG
6 - Petróleo, Gás e Biocombustíveis	ENAUTA PART
8 - Tecnologia da Informação	OCEANPACT
	LINX
9 - Utilidade Pública	CPFL ENERGIA

Para o Bloco II - Vida Útil (VU) também foi realizado o teste Mann Whitney como exposto na Figura 4:

Figura 4 - Teste de Mann-Whitney - VU

- VUU de Mann-Whitney	9,000	
Z	-3,166	
Significância Sig. (2 extremidades)	,002	
Sig exata [2*(Sig. de 1 extremidade)]	,004 ^b	
Intervalo de Confiança 95%	Límite inferior	,001
	Límite superior	,003

Fonte: Dados da pesquisa - IBMS SPSS

4.4 ANÁLISE EM RELAÇÃO À CONCILIAÇÃO DO VALOR CONTÁBIL

Nessa seção da pesquisa, o foco é responder ao terceiro objetivo deste trabalho que visa: “apurar como as informações no que tange a conciliação do valor contábil estão sendo evidenciadas nas empresas”.

Para o Bloco III - Conciliação do Valor Contábil - a média de evidenciação encontrada foi de 3,61, dos 4 itens pesquisados neste bloco, gerando um percentual de evidenciação para este bloco de 90,3%, sendo que nenhum item atingiu os 100%, sendo necessário aprofundar os motivos que provocaram tais inconsistências conforme demonstrado na Tabela 11.

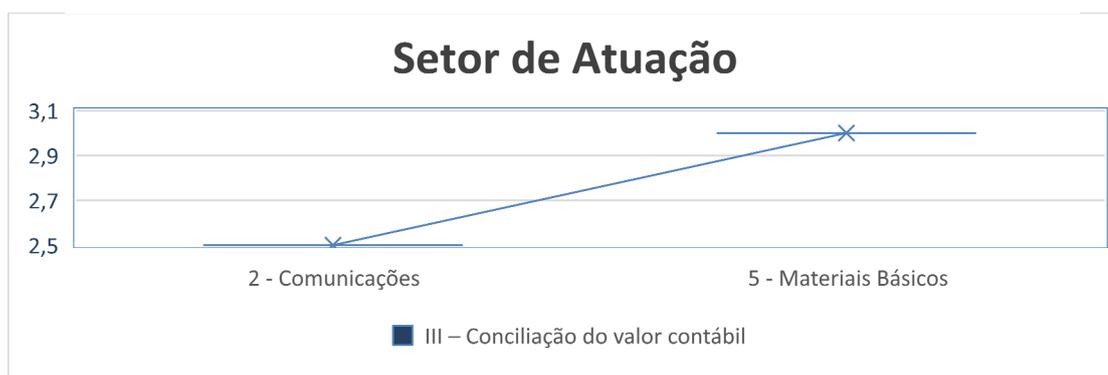
Tabela 11 - Percentual de Evidenciação - Bloco III

III – Conciliação do valor contábil	Nº Evidenciado		Percentual de Evidenciação	Média
13 - Rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi incluída	36	35	97%	3,61
14 - Informações sobre adições, baixas e transferências	36	35	97%	
15 - Informações sobre ativos classificados como mantidos para venda ou outras baixas	36	31	86%	
16 - Informações sobre realizações de testes de impairment e constituição da provisão de perda, quando aplicável	36	29	81%	
Percentual Médio de evidenciação no Grupo III			90,3%	

Fonte: Dados da pesquisa

Em relação aos itens 13 e 14, faltaram informações em suas notas explicativas, atinente a uma única empresa, já os itens 15 e 16, as informações faltantes foram mais expressivas, como evidenciado no Gráfico 3 que mostra que os setores Comunicações e Materiais básicos foram os que deixaram de divulgar as informações destes itens. Os demais setores estão omitidos no Gráfico 3, visto que evidenciaram acima de 97% dos itens analisados.

Gráfico 3 - Evidenciação por setor de atuação – Grupo III



Fonte: Dados da pesquisa

Foi realizado o teste de frequência para saber quantas foram as empresas que não divulgaram as informações conforme orientação do CPC 04 (R1), no que se refere aos itens 13 e 14, conforme as Tabelas 12 e 13, apenas uma não validou o quesito.

Tabela 12 - Teste de frequência - Item 13- Rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi incluída

Válido	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Acumulada
SIM	35	97,2%	97,2%	97,2%
Não	1	2,8%	2,8%	100,0%
Total	36	100,0%	100,0%	

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 13 - Teste de frequência - Item 14- Informações sobre adições, baixas e transferências

Válido	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Acumulada
SIM	35	97,2%	97,2%	97,2%
Não	1	2,8%	2,8%	100,0%
Total	36	100,0%	100,0%	

Fonte: Dados da pesquisa

A única empresa que não divulgou as informações em conformidade com o CPC 04 (R1) no que se refere aos itens 15 e 16 foi a ELETROMIDIA, do setor de Comunicação.

Para o item 15 averiguou-se nos testes de frequência, que foram cinco as empresas que não apresentaram as informações conforme o CPC 04, conforme a Tabela 14.

Tabela 14 - Teste de frequência - Item 15 - Informações sobre ativos classificados como mantidos para venda ou outras baixas

Válido	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Acumulada
SIM	31	86,1%	86,1%	86,1%
Não	5	13,9%	13,9%	100,0%
Total	36	100,0%	100,0%	

Fonte: Dados da pesquisa

As cinco empresas que não divulgaram as informações em conformidade com o CPC 04 (R1) no que se refere ao item 15 estão elencadas no Quadro 11.

Quadro 11 - Empresas que não evidenciaram – Bloco III

1 - Bens Industriais	GPS
5 - Materiais Básicos	PARANAPANEMA
7 – Saúde	IHPARDINI
	POSITIVO TEC
9 - Utilidade Pública	CPFL ENERGIA

Em relação ao item 16, observou-se nos testes de frequência, que 7 empresas não se deterem nas informações em suas peças contábeis, em conformidade ao CPC 04, conforme Tabela 15.

Tabela 15 - Teste de frequência - Item 16- Informações sobre realizações de testes de impairment e constituição da provisão de perda, quando aplicável

Válido	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Acumulada
SIM	29	80,6%	80,6%	80,6%
Não	7	19,4%	19,4%	100,0%
Total	36	100,0%	100,0%	

Fonte: Dados da pesquisa

As sete empresas que não divulgaram as informações em conformidade com o CPC 04 (R1) no que se refere ao item 16 foram (Tabela 12):

Quadro 12 - Empresas que não evidenciaram Bloco III

2 – Comunicações	ELETROMIDIA
5 - Materiais Básicos	SUZANO S.A.
	PARANAPANEMA
6 - Petróleo, Gás e Biocombustíveis	OCEANPACT
7 – Saúde	REDE D OR
8 - Tecnologia da Informação	MOBLY
	LOCAWEB

Tal como nos blocos I e II, tem-se na Figura 5 os dados encontrados no Teste Mann Whitney para o Bloco III - Conciliação do Valor Contábil (CVC). Verificou-se que nesse bloco, o p-valor < 0,05, sendo apurado no sistema 0,004, também, observou-se que a média ficou em 3,61, dos 4,00 possíveis, conforme demonstrado na tabela 11, assim, pode-se verificar que a amostra se encontra coerente com os resultados apresentados.

Figura 5 - Teste de Mann-Whitney - CVC

U de Mann-Whitney	9,000
Z	-3,172
Significância Sig. (2 extremidades)	,002
Sig exata [2*(Sig. de 1 extremidade)]	,004 ^b

Fonte: Dados da pesquisa - IBM SPSS

Constatou-se que nesse grupo, III - conciliação do valor contábil, nenhuma empresa atingiu o 100% de evidenciação, não obstante, a falta de informação, concentrou-se em 5 setores, conforme demonstrado do Quadro 12.

4.5 ANÁLISE DO ÍNDICE DE EVIDENCIAÇÃO

Nesse momento visa-se atender o quarto objetivo desta pesquisa, que é: “identificar como os determinantes de evidenciação contábil: setor de atuação, tamanho da empresa, tempo de existência, representatividade do ativo intangível frente o ativo total, influenciam na evidenciação dos ativos intangíveis das empresas”.

Para tanto se realizaram alguns testes, a saber: regressão linear múltipla visando encontrar uma associação entre esses determinantes de evidenciação. Ao ser realizada a regressão linear múltipla com um nível de significância de 5%, não foi encontrada nenhuma ligação que confirmasse a influência das variáveis testadas (TC; LnAtivoTotal; RFAT; Setor), com o índice de evidenciação criado, conforme a Tabela 16 exemplifica, deste modo as hipóteses H1, H2, H3 e H4 foram rejeitadas.

Assim, atingiu-se à conclusão de que as variáveis estudadas de fato não influenciam o índice de evidenciação, visto que o p-valor encontrado na análise é maior que 5%, que é o nível de significância aceito, isto para todas as variáveis analisadas, como se pode observar na Tabela 16.

Tabela 16 - Regressão Linear Múltipla

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados Beta	t	Sig.	Estatísticas de colinearidade	
	B	Erro Erro				Tolerância	VIF
1 (Constante)	,176	,052		3,400	,002		
LnAtivo Total	-1,890E-9	,000	-,242	-1,470	,151	,998	1,002
RFAT	,015	,012	,209	1,268	,214	,998	1,002
2 (Constante)	,141	,105		1,340	,190		
LnAtivo Total	-2,101E-9	,000	-,269	-1,486	,147	,848	1,180
Setor	,014	,012	,201	1,199	,240	,985	1,016
TC	,003	,007	,070	,384	,703	,842	1,187

a. Variável Dependente: Índice de evidenciação do Intangível

Fonte: IBM SPSS – Dados da Pesquisa

Compreende-se pela Tabela 16, que as empresas de modo geral têm evidenciado informações sobre os ativos intangíveis independentemente do tamanho do seu ativo total, do seu setor de atuação, bem como do valor de Ativos intangíveis declarados, ou da representatividade dos mesmos frente o seu ativo total, ou seja,

estas variáveis analisadas referentes às características das empresas, não têm condicionado a evidenciação dos ativos intangíveis.

Já que não se obteve uma resposta com as variáveis analisadas, que relevasse o índice de evidenciação, dando seguimento ao trabalho, buscou-se saber então, se entre os 16 itens de evidenciação analisados de todo o quesito até que ponto estes afetam a abrangência do índice de evidenciação, ou seja, procurou-se saber se todas as empresas atendiam todos os itens, ou apenas parcialmente os 16 quesitos.

Nomeou-se então um novo modelo de regressão, onde se passou a usar variáveis Dummy. São variáveis binárias (0 ou 1) criadas para representar uma variável com duas ou mais categorias. A Variável Dummy representa estados ou níveis de fatores, ou seja, representa algo que não possui valores numéricos ou, caso possua, estes valores não têm realmente um significado numérico.

A variável Dummy, D pode ser descrita da seguinte maneira:

$$D = \begin{cases} 0, & \text{se a característica não estiver presente} \\ 1, & \text{se a característica estiver presente} \end{cases}$$

Neste estudo a variável Dummy, assumiu as seguintes terminações apresentadas no Quadro 5, onde VIA = Valor do Intangível/Amortização; VU = Vida Útil; CVC = Conciliação do Valor Contábil.

Quadro 13 - Variável Dummy

VIA1	01 - Informações sobre intangíveis separados em classes
VIA2	02 - Valor de custo do intangível no final do período
VIA3	03 - Amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no final do período
VIA4	04 - Valor líquido do intangível no final do período
VIA5	05 - Valor de custo do intangível no início do período
VIA6	06 - Eventual amortização acumulada no início do período
VIA7	07 - Valor líquido do intangível no início do período
VIA8	08 - Amortização reconhecida no período
VU1	09 - Classificação da vida útil do intangível como definida ou indefinida
VU2	10 - Motivos que fundamentam a avaliação e os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil definida ou indefinida
VU3	11 - Prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas
VU4	12 - Métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida
CVC1	13 - Rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi incluída
CVC2	14 - Informações sobre adições, baixas e transferências
CVC3	15 - Informações sobre ativos classificados como mantidos para venda ou outras baixas
CVC4	16 - Informações sobre realizações de testes de impairment e constituição da provisão de perda, quando aplicável

Fonte: Dados da pesquisa

Assim, ao realizar novamente o teste de regressão linear múltipla com os 16 quesitos pesquisados como sendo variáveis independentes e o índice de evidenciação como a variável dependente desta equação, concluiu-se que dos 16 itens analisados, todas as empresas independentes do setor de atuação atendem pelo menos 9 itens.

Não obstante, para o modelo apresentado por meio da regressão linear múltipla com variável dependente: Índice de Evidenciação de Ativos Intangíveis, as seguintes variáveis são constantes ou possuem correlações ausentes:

VIA1 = 01 - Informações sobre intangíveis separados em classes;

VIA2 = 02 - Valor de custo do intangível no final do período;

VIA3 = 03 - Amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no final do período;

VIA4 - 04 - Valor líquido do intangível no final do período;

VIA6 - 06 - Eventual amortização acumulada no início do período;

VIA7 - 07 - Valor líquido do intangível no início do período;

VIA8 - 08 - Amortização reconhecida no período;

CVC1 - 13 - Rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi incluída;

CVC4 - 16 - Informações sobre realizações de testes de impairment e constituição da provisão de perda, quando aplicável.

Conforme demonstrado na Tabela 5, o Bloco I - Valor do Intangível/Amortização, observa-se que em qualquer dos setores analisados dentro da amostra das 36 empresas desta pesquisa os quesitos são atendidos, somente o item 6 dos quesitos ficou com uma variável que não é constante na evidenciação.

O mesmo ocorre com os itens 15 e 16 do Bloco III - Conciliação do Valor Contábil, isto é, todas as empresas da amostra selecionada evidenciam estas informações, independentemente do setor que atua. Conforme demonstrado na Tabela 7.

Portanto, os outros quesitos oscilam de acordo com cada setor de atuação, além do mais, nota-se que por conta das variáveis fixas descritas anteriormente, a referida equação se inicia com uma constante, acrescida das outras 7 variáveis que

oscilam dependendo do setor analisado, deste modo, chegou-se que o nível de evidenciação dos ativos intangíveis é determinado pela equação descrita a seguir:

$$\text{IEAI} = 9 + \text{VIA6} + \text{VU1} + \text{VU2} + \text{VU3} + \text{VU4} + \text{CVC2} + \text{CVC3} \quad (\text{a})$$

A seguir temos a descrição do que cada uma dessas variáveis Dummy representa.

VIA6 – 06 - Eventual amortização acumulada no início do período.

VU1 – 09 - Classificação da vida útil do intangível como definida ou indefinida.

VU2 – 10 - Motivos que fundamentam a avaliação e os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil definida ou indefinida.

VU3 – 11 - Prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas.

VU4 – 12 - Métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida.

CVC3 – 15 - Informações sobre ativos classificados como mantidos para venda ou outras baixas.

CVC4 – 16 - Informações sobre realizações de testes de impairment e constituição da provisão de perda, quando aplicável.

Assim, concluir-se então que é a equação (a) que descreve o índice procurado entre os 16 quesitos de evidenciação analisados. De onde se pode perceber que do Bloco I - Valor do Intangível/Amortização o item 6 tem oscilado sua divulgação, para o Bloco II - Vida Útil observa-se que os pendulares VU1, VU2, VU3, e VU4 tem evidenciação prejudicada, do Bloco III, as variáveis oscilantes são CVC3 e CVC4, sendo estas as variáveis que têm afetado diretamente o alcance do índice de evidenciação, revelando que de fato, as empresas têm atendido parcialmente os itens pesquisados em conformidade com o CPC 04 (R1).

4.6 RESULTADOS OBTIDOS

No que se refere ao primeiro objetivo específico verificou-se que o Bloco I- Valor do Intangível/Amortização - alcançou uma média de 7,56 dentre os 8 itens analisados, ou seja, obteve um percentual de evidenciação de 94,4%, expressando

que neste grupo de informações as empresas têm alocado quase que em sua totalidade as informações em conformidade com o CPC 04 (R1).

Apenas o item 6 do bloco I que obteve 88,9%, ficando abaixo da média de evidenciação das 36 empresas presentes nesta amostra, demonstrando que não evidenciaram as informações solicitadas conforme o CPC 04 (R1), todavia o teste não paramétrico Mann Whitney realizado corroborou que há uma homogeneidade de divulgação das informações referentes ao Bloco I - Valor do Intangível/Amortização.

Já na investigação da evidenciação de informações do Bloco II - Vida Útil - constatou-se que a média de evidenciação foi de 3,31 dos 4 quesitos pertencentes a este grupo, ou seja, 82,6% das informações solicitadas estão sendo apresentadas em suas notas explicativas.

Neste Bloco de informações ressalta-se que possivelmente as empresas tiveram mais dificuldade de interpretação para a correta divulgação, apresentando em suas notas explicativas informações concisas, demonstrando que para os leitores estas mesmas informações não têm ficado claras.

No que tange às informações dos itens 9 e 10, que foram aqueles que mais divergiu dos outros itens dentro do bloco II, o teste de frequência revelou que foram onze o número de empresas que deixaram de evidenciar as informações referentes aos motivos que levaram à definição e fundamentação de vida útil definida ou indefinida, sendo que tais quesitos possuíram os menores índices de evidenciação, ficando na média com 73,6%.

No bloco II os setores que evidenciaram todas as informações solicitadas formam o Consumo Cíclico e Comunicação, enquanto em todos os outros setores houve divergência de informações. Não obstante, o teste Mann Whitney revelou que também neste bloco há semelhança na divulgação das informações, ou seja, há homogeneidade entre os dados da amostra.

Já para o Bloco III - Conciliação do Valor Contábil a média de divulgação foi de 3,61 dos 4 quesitos analisados neste grupo, isto quer dizer que 90,3% das empresas informaram os dados solicitados no bloco III. Dos 4 itens analisados, os itens 15 e 16 alcançaram os piores índices de evidenciação, ficando abaixo da média do bloco, na divulgação das informações referentes à Conciliação do Valor Contábil, enquanto os itens 13 e 14 tiveram apenas 1 quesito não evidenciado, obtiveram uma média de 97,2%.

Assim como nos blocos I e II, foi realizado o teste Mann Whitney para o bloco III, tal e qual nos outros blocos o teste indicou não haver discrepância na divulgação de informações entre os setores, revelando que os setores estão homogêneos em relação à divulgação das informações referentes a Valor do Ativo Intangível, Vida Útil e Conciliação do Valor Contábil.

Para o quarto objetivo deste trabalho, buscou-se verificar o quanto os determinantes de evidenciação contábil: setor de atuação, tamanho da empresa, tempo de existência, representatividade do ativo intangível frente o ativo total, influenciavam na evidenciação dos ativos intangíveis das empresas. Os resultados revelaram que tais características das empresas já não tem mais afetado a divulgação das informações dos ativos intangíveis, pois independente das suas características elas têm sido similares nas divulgações das informações.

Dando seguimento na pesquisa, buscou-se saber entre 16 quesitos pesquisados qual era o nível de evidenciação dos mesmos, mais uma vez a equação encontrada revelou que pelo menos 9 quesitos estão sendo evidenciados independentemente da característica da empresa todas estão evidenciando e que os outros 7 itens variam de acordo com cada setor, todavia, isto não diminui a importância da pesquisa, visto que mostra que as empresas ao longo do tempo adequaram-se às novas normas de divulgação.

Os resultados permitiram verificar uma relevante representatividade de ativos intangíveis destacados nos balanços das empresas da amostra, sendo que o setor de Bens Industriais, Comunicação e saúde são que possui maior representatividade de ativos intangíveis evidenciados, com média de 33% e os setores de Petróleo, Gás e Biocombustíveis e Materiais Básicos, com menor representatividade, com média de 9% de intangíveis frente o seu ativo total.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo objetivou verificar o nível de evidenciação dos ativos intangíveis das empresas listadas no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA em conformidade com o disposto no CPC 04 (R1), por meio de um índice de evidenciação elaborado com base no CPC 04. Visando respostas a este objetivo, foi utilizado quesitos, compostos por 16 itens que foram coletados de 36 empresas das Notas Explicativas divulgadas por estas empresas, referentes ano de 2020.

Verificou-se na pesquisa que, das 36 empresas analisadas, 13 destas empresas apresentaram todas as informações em conformidade com o CPC 04, sendo que as demais 18 empresas ficaram com um percentual de evidenciação acima de 80%, e apenas 5 empresas, em 75%, revelando que de modo geral elas adequaram se as normas exigidas pelos órgãos reguladores.

Nota-se uma média de 7,56 dos quesitos validados, em relação à evidenciação do valor do intangível e amortização, ou seja, representa 96,4% de todos os quesitos desse grupo. Assim, as empresas listadas no segmento Novo Mercado na BM&FBOVESPA, tendem atender o CPC 04(R2).

O índice de evidenciação compulsória, exigida pelo CPC 04(R2), em relação à vida útil dos ativos intangíveis, pelo estudo, representa em média 3,31 dos 4 itens possíveis, ou seja, representa um percentual de divulgação para o bloco II de 82,6%; sendo esse objetivo específico um dos piores evidenciados nas demonstrações financeiras.

No bloco III, em que os quesitos buscam validar a conciliação do valor contábil, a média da evidenciação ficou 3,61, que representa 90,3% em média do índice de evidenciação.

No que se refere à observação da evidenciação ou não nas empresas listadas, associadas entre as características tais como tamanho, setor de atuação, tempo de constituição da empresa, constatou-se por meio dos resultados da aplicação do modelo de regressão múltipla, que há relação entre os índices de evidenciação e a variável independente do tamanho da empresa.

Em resposta ao objetivo geral de identificar o nível de evidenciação dos ativos intangíveis das empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, os resultados revelaram um índice médio de conformidade entre todas as empresas de

91%, sendo que o menor índice alcançado entre as empresas pesquisadas na amostra foi 75%, nas empresas COSAN LOG, FER HERINGER, ENAUTA PART, OCEANPACT e CPFL ENERGIA.

Com base nisso, percebe-se a relevância do tema; e os resultados aqui obtidos podem servir como referência para futuros estudos que busquem também analisar a evidenciação tomando variáveis diversas às que foram utilizadas nesta pesquisa, bem como se recomenda analisar outros períodos a fim de identificar a evolução dos níveis de conformidade quanto à evidenciação dos ativos intangíveis, bem como analisar a evidenciação dos arrendamentos em conformidade ao CPC 06 (R2).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Goreth Miranda; HAJJ, Zaina Said El. **Mensuração e Avaliação do Ativo: uma Revisão Conceitual e uma Abordagem do Goodwill e do Ativo Intelectual**. Caderno de Estudos, São Paulo, FIPECAFI, v.9, nº16, p.66-83, julho/dezembro 1997.

ANTUNES, Maria Thereza Pompa and MARTINS, Eliseu. **Capital intelectual: verdades e mitos**. Rev. contab. finanç. [online]. 2002, vol.13, n.29, pp. 41-54. ISSN 1808-057X.

ASSUNÇÃO, Amanda Borges De Albuquerque et al. **Ativo Intagível: Goodwill Ou Capital Intelectual**. 2º Congresso USP Iniciação Científica em Contabilidade. São Paulo, 2005.

AVELINO, Bruna C.; PINHEIRO, Laura E. T.; LAMOUNIER, Wagner **M.Evidenciação de ativos intangíveis: estudo empírico em companhias abertas . Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 14, p. 22-45, 2012.

BESSA, Sergio. **Contabilidade**. Fundação Getúlio Vargas – Direito Rio. 2 ed. Rio de Janeiro, 2010.

BEUREN, Ilse Maria et al. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010. 3º ed.

BM&FBOVESPA. BM&FBOVESPA . Disponível em:http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/cotacoes/derivativos.htm >. Acesso em: 6 de maio 2021.

BRAGA, Hugo Rocha; ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Mudanças Contábeis na Lei Societária – Lei nº 11.638 de 28-12-2007**. São Paulo, Ed. Atlas, 2008.

BRASIL, Brasília, DF, 15 dez.1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 03 de abril de 2021.

BRASIL. Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos... DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO REPÚBLICA DO BRASIL, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em: 6 de abril de 2021.

BRASIL. Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 . Dispõe sobre as Sociedades por ações. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO REPÚBLICA DO COMISSÃO DE VALORES MOBILIARIOS. Contabilidade. CVM. Disponível em: <www.cvm.gov.br/port/snc/normas.asp>. Acesso em 10 dez. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Correlação às normas internacionais de contabilidade – *The conceptual framework for financial reporting***. Disponível em 08/11/2019 http://www.cpc.org.br/pdf/cpc00_r1.pdf

Contabilização De Contas No Grupo Do Intangível Após A Lei 11.638/07: **Um Estudo Com As Empresas De Aviação Civil Brasileira**. 3º congresso UFSC de controladoria e finanças. Florianópolis – Santa Catarina, 2009. Disponível em 07/10/2013 <http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/3CCF/20090719230602.pdf>

CPC 04 (R1) - Ativos Intangíveis. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>> Acesso em: 21 de março de 2021.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2011). Pronunciamento Conceitual Básico. CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro: Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>> Acesso em: 10 abril de 2021.

Evidenciação de Ativos Intangíveis: um Estudo com Empresas Brasileiras. VII Simpósio de excelência de gestão e tecnologia. Disponível em 07/10/2013 http://www.aedb.br/seget/artigos10/142_artigo_intangiveis.pdf

FERNANDES, Tania Maria da Conceição Benthher et al. **Ativo e sua mensuração**. Caderno de Estudos, n. 18, p. 01-12, 1998.

FERNANDES, Tania Maria da Conceição Benthher Machado. **Ativo e sua mensuração**. Caderno de Estudos, São Paulo, FIPECAFI, 1998.

GOULART, André Moura Cintra. **O conceito de ativos na contabilidade: um fundamento a ser explorado**. Revista Contabilidade & Finanças, v. 13, n. 28, p. 56-65, 2002.

GOULART, André Moura Cintra. **O conceito de ativos na contabilidade: um fundamento a ser explorado**. Revista Contabilidade & Finanças, v. 13, n. 28, p. 56-65, 2009.

GUERREIRO, Reinaldo; CROZATI, Jaime; RIBEIRO, Maísa de Souza. **Mensuração de ativos nos relatórios gerenciais de companhias abertas**. Revista de Gestão USP, São Paulo, v. 12, n. 3, 2005.

IUDÍCIBUS et al. Manual de contabilidade societária: **aplicável a todas as**

JOIA, Luiz Antônio. **Medindo o capital intelectual**. Rev. adm. empresa. [online]. 2001, vol.41, n.2, pp. 54-63. ISSN 0034-7590

KAYO, Eduardo Kazuo et al. **Ativos Intangíveis, Ciclo de Vida e Criação de Valor**. RAC, v. 10, n. 3, Jul./Set. 2006: 73-90.

KAYO, Eduardo Kazuo; KIMURA, Herbert; MARTIN, Diógenes Manoel Leiva and

NAKAMURA, Wilson Toshiro. **Ativos intangíveis, ciclo de vida e criação de valor.** Rev. adm. contemp. [online]. 2006, vol.10, n.3, pp. 73-90. ISSN 1982-7849

KROETZ, César **Eduardo** Stevens. **Contabilidade social.** Revista Brasileira de Contabilidade, 1999.

LIMA FILHO, Raimundo Nonato; BRUNI, Adriani LealBruni. **Conceitos relevantes de ativos, passivo, Goodwill, despesas, ganhos e perdas: uma análise do ensino da teoria da contabilidade**3.

MACAGNAN, Clea Beatriz. **Evidenciação voluntária:** fatores explicativos da extensão da informação sobre recursos intangíveis. Revista Contabilidade & Finanças, v. 20, n. 50, p. 46-61, São Paulo. 2009.

MACHADO, Miriam. **Contabilização de Ativos Intangíveis:** Interface Entre A Contabilidade E O Marketing. Planning – Consultoria e treinamento. 2008.

MANTOVANI, Valéria. **Mensuração do Ativo Intangível.** 2007. 10 fl. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade do Vale do Paraíba, 2007.

MARION, José Carlos. Reflexões sobre ativo intangível. 2001.

MARTINS, Droander. **Intangível – Valuation, Fusão, Aquisição, Inovação e Negócio para ISPS e Investidores.** Porto Alegre, Books, 2019.

MENEGUELLI, Denise; SOUZA, Daniela Borges Lima de. **Mensurável X intangível: o desafio da mensuração dos resultados na Gestão do Conhecimento.** Estação Científica Online, Juiz de Fora, n. 4, 2007.

MILONE, Mario César de Mattos. **Cálculo do valor de ativos intangíveis:** Uma metodologia alternativa para a mensuração do valor de marcas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

MOURA, Geovanne D.; FANK, Odir L.; RAUSCH, Rita B.. **Evidenciação do Capital Intelectual Pelas Empresas do Setor de Telefonia Fixa Listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias E Futuros-BM&FBOVESPA.** Revista de Administração da Unimep, v.2, n. 2, p. 1-20, 2014.

MOURA, Geovanne D.; VARELA, Patrícia S. **Análise da conformidade das informações divulgadas sobre ativos intangíveis em empresas listadas na BM&FBOVESPA.** Revista de Administração, Contabilidade e Economia, Unoesc. v. 13, n. 2, p. 637-662, 2014.

MOURA, Geovanne D.; VARELA, Patrícia S.; BEUREN, Ilse M. **Conformidade do disclosure obrigatório dos ativos intangíveis e práticas de governança corporativa.** Revista de Administração Mackenzie, v. 15, n. 5, São Paulo. 2014.

MÜLLER, Aderbal Nicolas; OLIVEIRA, Antonio Gonçalves. **Contabilidade Empresarial.** Coleção Gestão Empresarial.

NOVO MERCADO, BM&FBOVESPA, http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm>. Acesso em 04 de março de 2021.

ORO, Ieda M.; KLANN, Roberto C.. **Disclosure Obrigatório de Ativos Intangíveis das Companhias Listadas nos Níveis de Governança Corporativa da M&FBOVESPA**. Pensar Contábil, v. 17, n. 62, Rio de Janeiro. 2015.

OSTROWSKI, Maria Clementina Bruço. **Avaliação e mensuração de ativos: uma análise dos métodos aplicáveis**. Revista Caminhos, Rio do Sul, 2006.

PAIVA, Marcelo José Cruz; LACERDA NETO, Pedro. **Os Princípios Fundamentais De Contabilidade e a Contabilidade Governamental: Uma Análise À Luz Do Princípio Da Prudência**. Universidade de Brasília – UnB Brasília – DF, 2006.

PEREZ, Marcelo Monteiro and FAMA, Rubens. **Ativos intangíveis e o desempenho empresarial**. Rev. contab. finanç. [online]. 2006, vol.17, n.40, pp. 7-24. ISSN 1808-057X.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica**. Saraiva, 2005.

SANTOS, José Luiz dos et al. **Ativos Intangíveis: Fonte De Vantagem Competitiva**. ConTexto, Porto Alegre, v. 6, n. 10, 2º semestre 2006.

SANTOS, Milton. **O papel do Ativo da Geografia um Manifesto**. 2000.

SCHERER, Luciano Márcio et al. **O atual estágio da contabilização de ativos intangíveis no mercado norte-americano**. Rev. FAE, Curitiba, v.7, n.1, p.77-87, jan./jun. 2004.

SILVA, Cesar Augusto Tibúrcio. **Contabilidade**. Departamento de Ciências da Administração /UFSC. Florianópolis, 2007. 264p.

SILVA, Luiz Ivan dos Santos. **Contabilidade: Objeto, Objetivos E Funções**. Sitientibus, Feira de Santana, n. 38, p.79-101, jan./jun. 2008.
sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

SOUZA, Rodrigo De Oliveira e. **Valoração De Ativos Intangíveis: Seu Papel Na Transferência De Tecnologias E Na Promoção Da Inovação Tecnológica**. Universidade Federal Do Rio De Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

VIEGAS, Almor. **Finanças e contabilidade**. Curso de Microcrédito Fundação Calouste Gulbenkian / Millennium BCP, 2006.